

Ética, Mídia e Tecnologia

Entrevistas Internacionais

Observatório da Ética Jornalística (ObjETHOS)



Ética, Mídia e Tecnologia: entrevistas internacionais

Observatório da Ética Jornalística
objETHOS/UFSC

Esta é uma publicação para download gratuito do Observatório da Ética Jornalística (objETHOS), projeto de pesquisa e extensão do Departamento de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina.

Roteiro, Produção e Tradução das Entrevistas: Amanda Miranda, Dairan Mathias Paul, Lívia de Souza Vieira, Mariana Rosa, Ricardo José Torres, Rogério Christofoletti e Siliana Dalla Costa.

Revisão Final: Jeana Laura Cunha Santos.

Projeto gráfico e diagramação: Leonel Camasão.

Organização e supervisão editorial: Rogério Christofoletti.
Produzido em Florianópolis, entre março e outubro de 2017.

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da
Universidade Federal de Santa Catarina

EB4 Ética, Mídia e Tecnologia: entrevistas internacionais [Recurso eletrônico] / Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, Observatório da Ética Jornalística - objETHOS/UFSC. - Florianópolis: POSJOR/UFSC, 2017.
200 p.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-85-64093-64-5

1. Ética jornalística. 2. Jornalismo - Inovações tecnológicas. I. Observatório da Ética Jornalística.

CDU: 070:174

Ética, Mídia e Tecnologia: entrevistas internacionais

Observatório da Ética Jornalística
objETHOS/UFSC

2017

Sumário

Rogério Christofolletti

Com a palavra, os especialistas..... 8

Nick Couldry

É um equívoco pensar que Google e Facebook querem promover a diversidade 12

Paul Bradshaw

Há uma crise acontecendo, mas também há uma revolução 19

Carlos Camponez

Não podemos confundir tecnologia com jornalismo³⁴

Charles Ess

A inteligência artificial não alcançará fatores humanos essenciais para a ética..... 44

Elena Real Rodrigues

A pós-verdade é um problema social, não se deve culpar só o jornalismo..... 58

Adriana Amado

É preciso interagir com a sociedade para sair da bolha 66

Rafael Capurro

Precisamos questionar universalismos tecnocráticos e ambições monopolistas 72

Joaquim Fidalgo

O jornalismo é uma atividade feita por homens, não anjos..... 101

Shakuntala Rao

A mídia pode desempenhar um papel crítico onde a justiça deve ser feita..... 113

Herman Wasserman

Um desafio é construir uma ética de mídia global, e não só ocidental 130

Juan Carlos Suárez Villegas

A mídia também deve se preocupar em prestar contas ao público 136

Stephen Ward

Jornalista não é só o profissional, mas também quem comete “atos de jornalismo” 143

Carlos Maciá-Barber

Academia e mercado ainda vivem de costas uma para o outro 151

Otília Leitão

O novo ecossistema informativo exige jornalistas livres
e independentes 160

Javier Darío Restrepo

A grande debilidade da informação digital está nas
fontes 182

Sobre o objETHOS..... 189

Contatos..... 191

Com a palavra, os especialistas

A boa notícia das notícias falsas é que voltamos a falar de jornalismo, de como ele funciona, como é feito e suas consequências. Nas últimas décadas, os debates mais permanentes tratavam de tecnologia – “já experimentou o novo aplicativo que vai revolucionar a área?” – ou de finanças – “o que faremos com esse modelo de negócios que não dá mais certo?”. A projeção da ameaçadora sombra da pós-verdade sobre nossas vidas tem alarmado não apenas as redações e os clubes de imprensa. O meio político está preocupado com o espalhamento massivo e profissional de boatos em sociedades que se habituaram a tomar decisões a partir das informações públicas que por ela circulavam. Observadores de todos os matizes também têm apontado para os perigos cívicos da desorientação, da ignorância e da intolerância.

Criticar as notícias falsas é, no fundo, um indicativo de nossa preocupação e inconformismo, condições iniciais para a busca de um novo contexto

informativo. Mas a pós-verdade não é o único desafio que temos pela frente. Nas páginas a seguir, quinze especialistas internacionais abordam temas como a queda da confiança nos jornalistas, o papel da mídia na crescente polarização política mundial, o impacto de plataformas como Google e Facebook e as tensões permanentes entre jornalismo e democracia. Alguns dos nomes mais reconhecidos do mundo quando o assunto é ética jornalística, nossos autores também abordam temas como jornalismo de dados, regulação profissional, inteligência artificial, autonomia e independência editorial, algoritmos e internet das coisas...

Este volume reúne entrevistas realizadas e publicadas no site do Observatório da Ética Jornalística (objETHOS) entre abril e agosto de 2017. Refletem, portanto, um conjunto de observações e leituras do mundo bastante atuais e amplas, passíveis de serem revistas em breve, mas intensas no testemunho que compõem. A pluralidade de perspectivas reunidas aqui também é um aspecto a ser destacado. Nossa equipe colheu respostas de acadêmicos e profissionais que

atuam nos Estados Unidos, Espanha, Alemanha, Noruega, Argentina, Colômbia, Inglaterra, Portugal e África do Sul. Esse arco permite não apenas complementaridade na compreensão da ética na mídia atual, mas também uma bem-vinda e necessária diversidade de pensamento.

Todas as entrevistas permanecem disponíveis no site do objETHOS, mas nossa intenção de reuni-las num e-book com download gratuito tem pelo menos três objetivos: democratizar o conhecimento, apresentar de forma sistematizada parte do pensamento de autores ainda pouco conhecidos em língua portuguesa, e contribuir para a bibliografia da área de ética jornalística, com conteúdos úteis e exclusivos.

Com o lançamento deste livro, também marcamos os oito anos do objETHOS, um projeto que se dedica a promover os debates deontológicos sobre o jornalismo e suas relações com a sociedade. Agradecemos imensamente aos especialistas por suas entrevistas e pelas generosas autorizações para publicá-las neste formato. Não podemos deixar de

agradecer também ao público que vem mantendo acesa a centelha que alimenta este projeto.

Rogério Christofolletti

Professor da Universidade Federal de Santa Catarina e um dos líderes do objETHOS

Nick Couldry

É um equívoco pensar que Google e Facebook querem promover a diversidade

Professor do [Departamento de Mídia e Comunicações da London School of Economics and Political Science](#), Nick Couldry é um pesquisador muito conhecido pela abordagem crítica ao mercado de mídia. Principalmente às grandes corporações que acabam por encarar o lucro como o ponto final da sua linha de produção. Autor de dezenas de livros e de artigos que questionam a marginalização de vozes dissonantes às elites na mídia, ele agora se mostra preocupado com a emergência de gigantes como Google e Facebook, que podem permitir que vozes emerjam, mas com o único objetivo de gerar tráfego de dados – outra de suas questões mais recentes. Segundo o professor, esses dados captados digitalmente podem afetar o processo de produção das

notícias, impactando na ética da produção e pondo em risco o ideal cada vez mais distante da separação Igreja-Estado (uma metáfora que compara à necessidade de manter o departamento comercial separado das redações). A seguir, ele fala sobre esses e outros aspectos que percorrem sua vasta contribuição teórica ao campo da mídia, da ética e da política.

O senhor aponta a dupla identidade das grandes corporações de mídia, que são disseminadoras de conteúdo, mas também representam o mercado. Com relação ao jornalismo, como isso pode impactar na ética dos profissionais?

A ética da produção é necessariamente impregnada pelas necessidades do mercado e pelas necessidades das corporações de mídia. A divisão igreja-estado deveria prevenir a excessiva influência do mercado na produção de notícias, mas isso está sob ameaça, pelo menos nos Estados Unidos, como mostra o livro de Joseph Turow “The Daily You” (2011). Sem essa divisão, há pouco o que se fazer quanto à forma como as notícias são moldadas em direção à

perspectiva de se atrair mais anúncios e outros subsídios através dos dados gerados por uma história em detrimento da outra, lançada de modo diferente. Isso aponta para uma possível degradação das notícias, a um longo prazo, por conta do valor líquido do mercado da produção de dados.

O senhor reconhece que a noção que a mídia nos dá acerca do mundo é formada por um conjunto estreito de perspectivas e vozes. Por que isso acontece? Seria resultado das rotinas de produção jornalística ou de uma clara intenção do mercado em não abrir espaço às contra-narrativas?

A rotina é importante: a necessidade de os jornalistas continuarem retornando às fontes próximas que lhes ajudam. E isso nunca irá mudar, mas há também fatores mais profundos: a dificuldade de entender vozes periféricas, ou de situá-las rapidamente como um extremo, a ponto de não merecerem ser ouvidas nos seus próprios contextos. Ainda que isso seja um problema antigo, é possível que novas possibilidades abertas pelas mídias sociais permitam

que se escute vozes que jamais seriam ouvidas em outros modelos, pelo menos levando em conta suas identidades culturais, mesmo que talvez não sejam identidades políticas.

Muitos grupos de comunicação no Brasil adotam posições bastante normativas ao falarem sobre ética jornalística, mas na prática são empresas em busca de lucro. Como essa contradição pode impactar a vida de um cidadão que busca informação de qualidade?

A ética precisa ser prática. Caso contrário, simplesmente gera mais desconfiança e mina a legitimidade das instituições midiáticas a longo prazo. Códigos de ética que não podem ser seguidos só geram cinismo junto ao público. Os cidadãos precisam de mais oportunidades para verificar a precisão das notícias apresentadas a eles, e atualmente eles têm poucas chances de fazer isso por parte das empresas de mídia. Isso poderia e deveria mudar, por exemplo, com os jornalistas apresentando suas fontes através de links de hipertexto.

O senhor vem apontando a influência de grupos como Google ou Facebook nas narrativas contemporâneas. Acha que essas empresas podem, de alguma forma, expandir o espaço das narrativas alternativas e dar mais voz às pessoas para além do modelo neoliberal?

O Google e o Facebook são grandes corporações assumindo uma função muito generalista: eles proveem, se você preferir, “espaços de espaços”. É difícil excluir as contra-narrativas em erupção nesses tantos espaços, embora hoje existam pressões para fazer isso como parte das medidas antiterrorismo. Mas mesmo se Google e Facebook permitissem que mais vozes fossem ouvidas em outros lugares, é um equívoco acreditar que eles fariam isso porque tem interesse em promover a diversidade. Eles não têm: simplesmente querem promover mais tráfego, não importa a causa. Não há comprometimento com a diversidade e a saúde do cenário jornalístico.

O senhor defende que a mídia só vai contribuir para o progresso social se as oportunidades de

acesso e de produção de conteúdo forem compartilhadas de modo mais justo. Como isso seria possível? Há algum exemplo prático a destacar?

Um exemplo poderia ser os casos onde a mídia é mais inclusiva e contribui para a mudança social. Mas esses exemplos tendem a aparecer em pequena escala, como no excelente trabalho de [Clemencia Rodriguez](#) em mídias locais cidadãs na Colômbia.

Nossos países (Brasil e Inglaterra) enfrentam diferentes questões contemporâneas. Aqui, temos uma crise política agravada com o impeachment da presidenta eleita, Dilma Rousseff. Na Inglaterra, há toda a questão relacionada ao Brexit, imigração e terrorismo. Seus trabalhos indicam que é inevitável que a mídia participe desses momentos. Qual a sua avaliação sobre a mídia da Inglaterra diante destes grandes temas?

Hoje, os limites da imprensa no Reino Unido para ajudar a democracia estão muito claros. As pessoas

estão se voltando para as mídias sociais como compensação, mas o que circula nesses espaços é frequentemente aquilo que é mal digerido pela mídia tradicional ou opiniões completamente não checadas. A desconfiança nos padrões éticos da mídia dominante leva ao desencanto geral, e assim as pessoas podem mesmo se desligar das notícias, mas isso não muda nada para melhor: os negócios de mídia simplesmente continuam, cada vez mais sujeitos às pressões de criação de dados. Isso gera a ilusão de que temos uma mídia crítica que apoia a democracia, o que não é real.

*Entrevista e Tradução: **Amanda Souza de Miranda***

Paul Bradshaw

Há uma crise acontecendo, mas também há uma revolução

O jornalismo de dados é a grande paixão do professor Paul Bradshaw, e é por meio dele que seu trabalho é reconhecido em diversos países. Além de coordenador do mestrado em [Jornalismo Móvel e Multiplataforma](#) e do recém-lançado mestrado em [Jornalismo de Dados](#) na Birmingham City University (BCU – Inglaterra), Bradshaw costuma se apresentar como jornalista online e blogueiro. Na entrevista a seguir, ele fala sobre como ensina jornalismo e sobre as mudanças na profissão. Além disso, dá exemplos de reportagens que desenvolve na Unidade de Dados da BBC, onde é consultor. As perguntas que você vai ler abaixo são resultado da minha observação pessoal e aprendizado no período de doutorado-sanduíche, no qual tive Paul Bradshaw como meu supervisor. O bate-papo regado a café aconteceu no estúdio de rádio da BCU, em 9 de março de 2017.

Observei que o senhor tem uma forma diferente de ensinar jornalismo. Pode descrever brevemente a metodologia que utiliza em sala de aula?

Essa metodologia é chamada [Flipped Classroom](#), na qual os alunos trabalham em um projeto, trazem esse projeto para a sala de aula e isso forma a base do ensino. No modo tradicional, o professor fica em pé na sua frente dizendo como você deve fazer e todos tentam acertar na primeira vez. Penso que uma das vantagens do método Flipped é que você pede aos alunos para identificar onde está a força de cada um. Em primeiro lugar, os estudantes podem olhar os trabalhos uns dos outros e aprender com eles, o que penso ser realmente muito importante, pois não se trata apenas de aprender com o professor. Em segundo lugar, eles se tornam mais críticos e preocupados com seus próprios processos. Nem sempre funciona perfeitamente, pois você confia que os alunos têm independência e, em alguns casos, principalmente com os alunos de graduação, se eles não fazem as tarefas, vão tentar não vir para a classe,

porque sentem que de alguma forma falharam. Penso que uma parte difícil é essa mudança de mentalidade, a tentativa de fazer os alunos perceberem que não se espera que eles acertem na primeira vez. Errar é uma parte muito importante do aprendizado e eles não precisam ficar envergonhados por isso. Mais amplamente, o ambiente informacional do ensino tem mudado, assim como o ambiente do jornalismo. No ensino de 20 anos atrás, se você era um estudante, tinha acesso às aulas e à biblioteca e era isso. Então, você tinha leituras e obtinha informação por meio das aulas. Agora, é claro, é diferente! Você tem acesso a todo um mundo de informação pela internet. Particularmente, creio que não é eficiente repetir o modelo de 20 anos atrás, ainda mais porque ele torna os alunos menos independentes. Uma habilidade importante hoje, mais do que há 20 anos, é a de encontrar informação e estar atualizado com o que está acontecendo. Outro elemento significativo da minha maneira de ensinar é desenvolver habilidades de um aprendizado independente e engajamento com o que chamo de comunidades de prática.

Pode explicar como isso funciona?

No módulo do mestrado que estou ministrando no momento, a primeira avaliação se chama “comunidades de prática” e a ideia é que os alunos desenvolvam habilidades específicas e façam isso de modo que contribua com a comunidade profissional [de jornalistas]. Então, se você vai ser um jornalista de dados, há dois caminhos: você senta na sala de aula e aprende o conteúdo em 10 semanas – este é o modo antigo; ou – o que penso ser a melhor forma – você começa a se engajar com a indústria jornalística, fazer contatos e entrevistar pessoas do campo. Desde o início, você pode experimentar e compartilhar seus sucessos e fracassos, pode se envolver em discussões online. Assim, é preciso saber onde as pessoas do mercado estão, construir relacionamentos. Trata-se de um tipo de ensino que permite e encoraja os alunos a se conectarem com a ampla rede de informação ao seu redor.

Percebo que sua preocupação, além de ensinar as diversas ferramentas, é desenvolver as habilidades dos alunos...

Sim, é muito importante que cada estudante tenha um perfil distinto. E essa é uma diferença do modelo tradicional de ensino, no qual você ensina as mesmas habilidades para 15 pessoas, por exemplo. Esse tipo de standardização faz sentido quando a indústria está standardizada. Talvez daqui a 20 ou 30 anos o jornalismo de dados, por exemplo, esteja suficientemente standardizado, e será o caso de os alunos aprenderem todos a mesma coisa. Mas, no momento, penso que a adaptabilidade é realmente importante, assim como se diferenciar. Tento ajudar meus alunos a identificar no que eles querem focar e apoiá-los.

Outro ponto muito importante que observei é a aproximação entre academia e mercado. O senhor sempre convida os estudantes a participarem de eventos nas grandes redações e também traz

fontes especializadas para conversar com eles durante as aulas. Por que faz esse movimento?

Faço isso porque essa é exatamente a ideia das comunidades de prática. Quando alguém me manda uma mensagem no Twitter falando sobre alguma iniciativa, por exemplo, eu digo “por que você não fala sobre isso com meus alunos e comigo ao mesmo tempo?”. E o mesmo acontece quando sou convidado a palestrar em algum veículo jornalístico: eu digo “posso falar se meus alunos também puderem ir”. Trata-se de expor os estudantes a diferentes partes da mídia, mas não é só a mídia, mas também fontes, pesquisadores. Existe muito mais além da mídia do que se pode imaginar.

Que tipo de perfil profissional o senhor considera que o jornalista deve ter hoje?

É realmente difícil dizer, porque há tantas mudanças acontecendo em diferentes lugares e de diferentes formas... Penso que há certa vantagem se o jornalista tem um entendimento amplo dessas

possibilidades, além de ter a mente aberta. Tenho visto diversos cenários no jornalismo, boas iniciativas no Twitter, em blogs, com vídeos em formato vertical, com listas. Hoje pela manhã, vi o jornal [The Telegraph](#) fazendo uma lista das 20 vezes em que os políticos conservadores tuitaram que não aumentariam os impostos. Esse é um exemplo clássico em que uma organização tradicional escreve sobre um assunto duro realmente engajando, utilizando listas de modo a tornar o tema mais acessível. É por isso que estou muito interessado em coisas como: as pessoas estão assistindo aos vídeos verticais? O que há de errado com eles? As pessoas estão lendo listas? Ou seja, como o jornalismo pode engajar pessoas em histórias que de outra forma não se engajariam? Assim, não creio que há um perfil específico, mas ter a mente aberta e pensar de forma estratégica, pois hoje os jornalistas precisam fazer escolhas que os *publishers* costumavam fazer (quando, como e onde publicar). Além disso, é preciso pensar mais criticamente sobre a informação. Então, os jornalistas precisam ser melhores agora do que costumavam ser.

**Seu blog é referência no campo do jornalismo.
Como ele surgiu e de que forma o administra?**

O blog foi criado em 2004, há 13 anos. Na época, eu era professor de jornalismo online e pensava que era importante experimentar esse novo formato de publicação e essa plataforma. Naquele momento, não era sobre jornalismo, era algo apenas pessoal. Então, depois de seis meses, comecei a pensar que poderia postar mais frequentemente. Foi quando migrei para o WordPress e mudei o nome. Em 2006 ou 2007, talvez, lembro que pessoas como Martin Stable (que na época estava na Press Gazette), estavam comentando no blog. Até aquele momento, o blog era realmente algo para mim, mas então comecei a perceber que estava se transformando em uma comunidade. Hoje, o número de acessos depende da frequência com que posto, mas é algo em torno de 50.000 visualizações de página por mês.

Falando sobre jornalismo de dados, que é a sua área de maior interesse, é importante encontrar as histórias humanas nos dados? Por quê?

Sim, penso que o bom jornalismo deve ter uma forte base factual e o lado humano, uma combinação desses dois. O jornalismo de dados começa de um ponto de base factual, assumindo que o dado é factual. É fácil pensar que, como um jornalista de dados, você costuma se interessar mais por isso do que os outros. Mas é também importante dizer como isso se desenvolve na vida cotidiana das pessoas. Dados podem complementar histórias humanas ou podem ser o coração da matéria. Depende apenas de como você se depara com a história. Numa redação não guiada por dados, as pautas vêm de releases, anúncios governamentais, coletivas, etc. Numa redação guiada por dados, sua pauta é principalmente os dados e então você começa a olhar para as histórias humanas, trata-se apenas da ordem como as coisas acontecem.

Pode exemplificar?

Um exemplo atual foi a história de uma pessoa que trabalha numa empresa de entregas. Se ela fica doente, tem que pagar 150 libras caso não arranje outra pessoa para cobri-la. Então, isso era apenas uma

história. Como jornalista, vou pensar: agora precisamos estabelecer a amplitude disso, quão grande é esse problema. Ele afeta outras empresas? Essa empresa específica, se ela tem um grande lucro, não precisa financeiramente pedir para o funcionário pagar esse valor. Vou dar outro exemplo da Unidade de Dados da BBC: a esposa de um dos jornalistas, quando estava grávida, foi convidada a ter o bebê no que eles chamam de [Midwife-led Unit](#). Não é necessário que o parto ocorra num hospital, então, se não é uma gravidez de risco, essa é a melhor opção. Mas ele começou a pensar: bem, quantas vezes uma paciente teve que ser transferida dessa unidade para um hospital porque algo de errado aconteceu? Isso é um problema? E aí entram os dados.

Sobre as mudanças no jornalismo, especificamente no newsmaking, o senhor acha que a produção jornalística se transformou após o desenvolvimento dos *analytics* e dos dados sobre a audiência?

Sim, absolutamente. Penso que essa é uma das maiores mudanças no jornalismo, e de novo é outro exemplo no qual jornalistas têm que tomar decisões que antes os *publishers* tomavam. Mas em todos os cenários há pessoas que se levantam para dizer “isso é terrível, está arruinando o jornalismo” ou “isso é o futuro do jornalismo”. Eu estarei sempre em alguma posição no meio, que diz que há muitos pontos positivos e possibilidades, e que há alguns pontos negativos. Um dos pontos positivos é o fato de que os jornalistas estão muito mais responsáveis no contato com a audiência do que jamais foram. E isso aconteceu antes do crescimento dos *analytics*, fiz uma pesquisa sobre blogs em 2009 e fiquei bastante surpreso em como blogueiros mudaram o comportamento quando os leitores começaram a poder comentar e entrar em contato com eles. Então, os *analytics* são uma espécie de extensão disso. Outro exemplo da Unidade de Dados da BBC: nós fizemos uma [matéria](#) sobre o preço das casas que as pessoas podem comprar pelo programa de governo Help to Buy. Essa reportagem teve mais de um milhão de acessos! Baseado nisso, a

equipe começou a pensar diferente sobre o que é o interesse do público, nos fez pensar que as pessoas se importam com matérias sobre finanças pessoais. Você não está escrevendo para seus pares, mas para uma audiência. Por décadas as organizações jornalísticas têm lutado para engajar os jovens, e o BuzzFeed, que é extremamente guiado pelas métricas, encontrou o caminho para engajar uma audiência que tem sido por um longo tempo excluída da maneira tradicional de reportar notícias – e eles não ganharam crédito suficiente por isso. Por outro lado, isso pode ser usado de uma forma ruim e me frustra ver tão pouca literatura sobre analytics. O [relatório](#) do Tow Center sobre *analytics* no The New York Times e Gawker é muito interessante porque mostra essa conexão entre o que os editores pensavam que acontecia quando os jornalistas tinham acesso ao analytics e como eles de fato os utilizavam. Existe, então, uma responsabilidade de treinar melhor os jornalistas para utilizarem o *analytics* de maneira mais crítica.

O senhor acha que estamos caminhando de uma cultura do clique para uma cultura mais qualitativa com relação às métricas?

Vagarosamente. O entendimento está se sofisticando, assim como muitas habilidades estão também ficando mais sofisticadas.

Nos últimos anos, temos ouvido muito a respeito da crise no jornalismo (no modelo de negócios, credibilidade e confiança). O senhor concorda com isso?

Penso que há uma crise acontecendo, mas há também uma revolução. Há uma transformação no jornalismo, o que é uma das coisas mais positivas. Se olharmos ao longo disso, há um período de invenção e criatividade tremendo. Sobre engajamento de novas audiências, há novos *publishers* falando para audiências que não eram servidas anteriormente, hoje é possível se comunicar com pequenas audiências que antes eram economicamente inviáveis. Então, há muitas coisas boas. Há uma crise para as indústrias

tradicionais de notícias e o modelo de negócios é uma parte grande disso. É importante destacar que muitas pessoas, quando falam da crise, geralmente se referem apenas à indústria de notícias tradicional, ao corte de empregos. Mas há tantas partes novas na indústria de notícias que não são contadas nessas queixas. Há dezenas de empregos sendo criados. Se nós pudéssemos voltar 20 anos no tempo e decidir por não ter a internet, eu não faria isso. Eu realmente acredito que, em 20, 30 anos as coisas estarão suficientemente estabelecidas.

É interessante ver como Facebook, Google e outras organizações de mídias sociais estão fazendo muito dinheiro com conteúdo, e não com notícias. Realmente me perturba quando os veículos jornalísticos dizem que o Google está fazendo dinheiro com o conteúdo deles.

Não, eles não estão, vocês são insignificantes. Mas Google e Facebook estão investindo dinheiro para apoiar organizações de notícias, novos modelos, e isso é muito interessante. Estamos caminhando para um

ponto onde há diversas formas de jornalismo, que são sustentados de diferentes maneiras. Não se trata somente das grandes empresas, é algo mais distribuído, granular, mas também nem tudo é bom. A grande questão é: como podemos preservar as coisas boas?

Entrevista e Tradução: Lívia de Souza Vieira

Carlos Camponez

Não podemos confundir tecnologia com jornalismo

A existência de códigos de ética e de órgãos que zelem pela mídia e pela profissão não garante a excelência deontológica. Essa é apenas uma das muitas respostas críticas e surpreendentes do professor Carlos Camponez, da Universidade de Coimbra, de Portugal. Pesquisador da área há mais de duas décadas, ele é autor de diversos artigos científicos e de livros como *Jornalismo de Proximidade* (2002) e *Deontologia do Jornalismo* (2011). Já coordenou o Mestrado em Comunicação e Jornalismo da Faculdade de Letras da UC e coordena o grupo de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público do Centro de Estudos Interdisciplinares do Séc. XX, um parceiro do objETHOS. Preocupado com os rumos da profissão, Camponez apresenta suas firmes convicções na entrevista a seguir.

Como o senhor avalia o sistema deontológico português? Onde e como ele pode ser aperfeiçoado?

Nunca me ocorreu a expressão “sistema deontológico português”. Mas bem vistas as coisas, faz sentido usar essa expressão. Diremos que ele se caracteriza pela sua repartição em três instituições: 1) pelo Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas, que em rigor foi quem criou e fez aprovar, num referendo nacional, em 1993, o código deontológico atualmente existente; 2) pela Comissão da Carteira Profissional de Jornalista (**CCPJ**), que atribui o título profissional e sem o qual não é permitido o exercício da profissão em Portugal, e que, desde 2008, passou a ter poderes sancionatórios efetivos; 3) pela Entidade Reguladora da Comunicação Social (**ERC**) que, não obstante ser uma instituição de regulação, nomeada pela Assembleia da República, evita imiscuir-se em matéria de deontologia e autorregulação dos jornalistas, apesar de contarmos com inúmeros pareceres emitidos neste domínio.

Temos, portanto, um sistema tripartido no qual os profissionais não se reveem, a ter em conta as opiniões emitidas no último Congresso Nacional dos Jornalistas, realizado em janeiro último. No caso da ERC, por se tratar, como disse, de um organismo regulador, a que muitos jornalistas não reconhecem legitimidade para emitir pareceres sobre assuntos de autorregulação. No que se refere à CCPJ, por se tratar de uma organização que nunca mereceu a simpatia dos jornalistas e por ter uma representação dos proprietários dos media. Finalmente, no caso do Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas, por ser uma entidade de livre associação, que não integra todos os profissionais, e por não ter poderes sancionatórios. Penso que este descontentamento só ficará resolvido com a definição do modelo de representação dos jornalistas em Portugal. Com efeito, desde o fim do Conselho de Imprensa, em 1990, os jornalistas portugueses nunca encontraram um sistema alternativo em que se revissem. Poderíamos dizer que este sistema tripartido preserva a pluralidade. Penso, no entanto, que ele promove a

disparidade de decisões – como já aconteceu – o que em termos de prestação de contas públicas não é benéfico. Para além disso, penso que se qualquer brasileiro se recordar que em Portugal somos apenas 10 milhões de pessoas talvez seja compreensível que reajam com alguma estranheza perante a existência de três organismos de pronunciamento em matéria de deontologia. Nem a existência de três organismos responde a uma necessidade de responder a tantos casos de violação ética e deontológica, nem tão pouco é uma garantia de que as coisas estejam bem.

Empresários do setor e jornalistas profissionais têm demonstrado preocupações éticas em seu país?

Há iniciativas das corporações de mídia, em situações pontuais, procurando se concertar em matéria de tratamento noticioso, implicando questões éticas e deontológicas. No entanto, eu diria que, salvo honrosas exceções, globalmente os empresários têm estado mais preocupados com os resultados econômicos. E ao contrário do que dizem alguns, eu

tenho cada vez menos certeza que a ética paga. Paga, certamente, na construção e fidelização de públicos a médio e longo prazo. Porém, a longo prazo, como se diz em Portugal, talvez cá já não estejamos, pelo que o que impera é o imediatismo. Em meu entender, não se pode dizer que em Portugal o jornalismo era mais consentâneo com as regras deontológicas antes da privatização dos meios de comunicação social e, em particular, da televisão, na década de 90 do século XX. Não. Simplesmente os problemas eram outros e, alguns deles, não necessariamente menos graves.

Hoje, a hiper-concorrência dos meios está na origem de muitos problemas relacionados com a qualidade da informação e do respeito pelas normas deontológicas. Esse fenómeno foi acompanhado por um processo de substituição das direções dos órgãos de comunicação social, que hoje representam mais os conselhos de administração nas redações, do que dos jornalistas perante os órgãos de gestão dos respetivos meios. Para além disso, a promoção da precarização do emprego, o abaixamento dos salários, as demissões

dos jornalistas com mais experiência... Enfim se os empresários estão preocupados com as questões éticas, penso que, pelo menos, aparentam estar um pouco distraídos. No caso dos jornalistas, as preocupações são manifestas, mas a sua capacidade de intervenção é cada vez mais reduzida, pelas razões que acabei de apontar. A defesa que alguns jornalistas fazem de uma representação socioprofissional centralizada e forte, do tipo ordem dos jornalistas, é a meu ver um sintoma desse sentimento de impotência.

E o público, ele reclama por um jornalismo melhor? Há mais exigência nesses últimos anos?

Quando me falam de público, costumo ironizar e dizer: “Não sei. Convidei-o ontem para discutirmos isso ao jantar, mas ele não apareceu”... Agora mais a sério: Penso que é difícil ter uma opinião sustentada sobre esse assunto. Direi, isso sim, que acho que o “sistema deontológico português” tem uma fraquíssima representação do público. Temos sinais evidentes da sua participação em queixas e em discussões públicas. Mas confesso que sou sempre cético acerca de que

público é esse, sem com isso pretender desvalorizar as participações dos que intervêm. As redes sociais têm contribuído para algumas destas discussões, mas os conteúdos sensacionalistas continuam a ser os que têm maiores audiências... Recentemente, acerca do tratamento noticioso de um “alegado abuso sexual”, cometido num grupo de estudantes universitários, no Porto, e a divulgação das imagens no site do jornal Correio da Manhã e da CMTV, fez cair, durante parte do dia, cerca de 900 queixas na ERC, ao ponto de obrigar esta instituição a emitir um comunicado pedindo que o público não fizesse mais queixas, uma vez que estava já a tratar do assunto. Direi que exemplos desses são estimulantes.

Por falar nisso, as novas tecnologias têm trazido mais desafios para se exercer o jornalismo com qualidade e retidão? Que desafios são esses?

Não creio que os desafios que enfrentamos em Portugal sejam muito diferentes dos que se colocam nos outros países, na Europa e no resto do mundo. A meu ver, o principal desafio que se coloca neste

contexto tem a ver com a necessidade de não confundirmos tecnologia com jornalismo. As tecnologias são instrumentos essenciais para o jornalismo, mas o uso acéfalo que o jornalismo faz dele cria a ilusão de que tudo é jornalismo e que todos estão habilitados para o exercer. Isso não é verdade e, por infelicidade, tivemos que nos confrontar com processos políticos como o Brexit, na Grã-Bretanha, a eleição de Trump, nos Estados Unidos, o referendo na Turquia e toda a parafernália de falsas notícias e fatos alternativos para percebermos que o jornalismo é toda uma outra coisa.

As universidades têm preparado técnica e eticamente novas gerações de profissionais?

Essa é uma questão essencial e que se prende com a minha resposta anterior. Tendo em conta as novas exigências tecnológicas e normativas do jornalismo, a preparação dos jornalistas é cada vez mais importante. Mas ela não é apenas uma preparação técnica, no sentido de tecnológica, ou de fazer leads ou de chamar a atenção... Essa preparação

tem a ver, do meu ponto de vista, com a disponibilização dos meios técnicos e conceituais que preparem os jovens jornalistas para as exigências públicas do jornalismo. Num tempo em que todos temos acesso às redes sociais, que disponibilizamos conteúdos para o público, em que todos comunicamos para todos – como diz Manuel Castells –, não é o domínio da narrativa e das tecnologias que irá, por si, distinguir um jornalista de hoje do cidadão de amanhã. Isso implica, a meu ver, uma formação cada vez mais exigente, longa e obrigatória, no sentido de uma informação mais exigente e mais profunda. Nada nesta minha posição tem a ver com questões corporativas: numa sociedade do conhecimento, onde a formação é cada vez mais salientada, não podemos invocar – mesmo em nome da liberdade de expressão – que os jornalistas sejam os menos formados de todos. Se as universidades portuguesas estão a dar essa formação, direi que, globalmente sim. Mas é preciso não esquecer duas coisas: 1) em Portugal existem cerca duas dezenas de instituições que dão formação superior na área da comunicação e do jornalismo; 2) as instituições de

ensino superior estão longe de estar imunes às lógicas concorrenciais e comerciais que afetam o próprio jornalismo. Que as universidades de referência têm procurado fazer essa formação, não tenho dúvidas. Que todas as instituições de Ensino Superior estejam a acompanhar as mutações tecnológicas e epistemológicas necessárias, estou menos convicto. E que todas elas estejam a dar uma formação adequada, de certeza que não.

*Entrevista: **Rogério Christofolletti***

Charles Ess

A inteligência artificial não alcançará fatores humanos essenciais para a ética

A intersecção entre novas tecnologias e filosofia é uma das áreas de estudo do professor Charles Ess, que atua no Departamento de Mídia e Comunicação da Universidade de Oslo, na Noruega. Em 2009, publicou o livro *Digital Media Ethics*, volume que analisa questões morais proeminentes nas mídias digitais - perda de privacidade, vigilância em massa, distribuição dos direitos autorais, dentre outras temáticas.

Ess entende que uma leitura sobre a tecnologia não pode partir de visões absolutas, o que pode reduzi-la a dicotomias como “tecnologias boas versus tecnologias más”. No entanto, o pesquisador tampouco é adepto do relativismo - sistema metaético que não considera possível a realização de normas e valores

universais. Para construir uma ética para as mídias digitais, Ess apresenta em seu livro o conceito de “pluralismo ético” como um caminho possível entre o absoluto e o relativo. Na entrevista a seguir, o autor comenta essa ideia e discute seus outros temas de pesquisa, como questões morais a partir do uso de inteligência artificial, uma educação ética para usuários e a liberdade de imprensa no contexto da Noruega.

No seu livro *Digital Media Ethics*, o senhor apresenta o pluralismo ético como uma metaética situada entre o absolutismo e o relativismo. A partir desse sistema, é possível construirmos uma ética de mídia digital global?

Até certo ponto, sim. Quando escrevi pela primeira vez sobre isso não existiam muitos exemplos do mundo real que eu poderia apontar para ilustrar como o pluralismo se “pareceria” no geral e como ele funcionaria na prática. Na segunda edição do meu livro *Digital Media Ethics* (de 2013), por exemplo, eu pude apontar para (a) a privacidade, interpretada e aplicada entre a Noruega e os Estados Unidos e, então, (b) a

proteção aos dados da privacidade desenvolvidos na União Europeia em relação aos Estados Unidos.

Ainda como outro exemplo do pluralismo ético: direitos humanos em geral podem ser aplicados e entendidos de diversos modos. Especificamente, a liberdade de expressão nos Estados Unidos é apenas um direito negativo (ou seja, uma garantia de que o Estado não interferirá com veemência para além de limites já reconhecíveis, como calúnia, ameaça de dano ou um “perigo claro e presente”). Em contraste, a liberdade de expressão na Noruega inclui um direito positivo – o Estado deve apoiar ativamente a liberdade de expressão, por exemplo, através de subsídios à imprensa que assegurem a sobrevivência de jornais locais em todo o país o que, desta forma, representa uma maior diversidade de pontos de vista em relação aos sistemas de mídia puramente mercadológicos. De minha perspectiva, a liberdade de expressão é, deste modo, muito melhor protegida na Noruega do que nos Estados Unidos – uma visão sustentada pela recente posição da Noruega em 1º lugar, no [Ranking Mundial](#)

[de Liberdade de Expressão da ONG Repórteres sem Fronteiras](#), em contraste com a posição dos Estados Unidos, em 43°. Mas os Estados Unidos claramente ainda protegem a liberdade de expressão – ou seja, concorda com a Noruega sobre a importância da liberdade de expressão como um dos direitos humanos básicos a ser defendido pelo Estado – mesmo que ele o faça de uma maneira claramente menos efetiva.

Posteriormente, estamos vendo o pluralismo ético sendo adotado cada vez mais, tanto teoricamente quanto de modos mais práticos. Talvez ainda mais importante, no livro mais recente de Shannon Vallor, *"Technology and the Virtues: a Philosophical Guide to a Future Worth Wanting"* (MIT Press, 2016), ela inclui explicitamente o pluralismo ético como uma parte da sua abordagem a partir da ética das virtudes. Portanto, Vallor retoma o pluralismo ético para desenvolver um conjunto de virtudes que, argumenta ela, são fundamentais para a nossa busca por uma vida boa e para o nosso florescimento na era tecnológica – ou seja, manter um conjunto de virtudes compartilhadas e

de normas derivadas que podem constituir uma ética de mídia global, insistindo simultaneamente no respeito e preservação da diversidade cultural.

De minha perspectiva, o livro de Vallor é um divisor de águas para o nosso pensamento sobre a extensão das questões éticas evocada pelas tecnologias e mídias digitais – uma contribuição que, penso eu, será fundamental para muitos dos nossos trabalhos na próxima década (e além).

Mas como eu também enfatizei, o pluralismo ético não resolve todos os conflitos aparentes entre as normas éticas, os valores, as práticas, etc. Logo, penso que o pluralismo ético pode nos levar para longe – mas ainda existirão pontos de fronteira onde um Estado discordará profundamente com uma norma ética sustentada por outro – por exemplo, a mutilação genital feminina, o direito ao aborto (ou a falta do direito), e assim por diante. Alguns destes, até onde eu vejo, não podem ser resolvidos de uma maneira satisfatória pelo pluralismo ético, isto é, no sentido de podermos dizer que ambas as posições representam

simplesmente interpretações, aplicações diferentes da mesma norma compartilhada. Pelo contrário: no caso da mutilação genital, até onde posso dizer, a pessoa é forçada a escolher entre a aprovação ou a condenação da prática. A última opção é difícil na medida em que seus defensores argumentam que se trata de uma longa tradição cultural, importante à identidade feminina. Mas eu ainda estou do lado dos que a condenam, de qualquer forma.

No ano passado, a [remoção](#) da premiada foto de Nick Ut pelo Facebook trouxe novas discussões sobre censura. O jornal norueguês *Afterposten*, por exemplo, chegou a publicar uma [carta aberta](#) criticando a decisão da rede social. A partir deste caso, como o senhor avalia os debates sobre liberdade de expressão e liberdade de imprensa no contexto da Noruega?

Sim – e você pode acrescentar a primeira-ministra norueguesa, Erna Solberg, que assim como muitos outros que se juntaram ao protesto exigindo a publicação da fotografia, também teve a sua conta

fechada. A partir daí, parece que sobretudo as cartas de Solberg e do editor do *Aftenposten* ao Facebook que foram especialmente importantes para a decisão do FB de permitir a fotografia.

Na minha perspectiva – novamente, como esclarece o relatório do Repórteres sem Fronteiras –, a Noruega goza de um grau excepcional de liberdade de imprensa e diversidade, em parte precisamente porque o Estado é obrigado a sustentá-la, por exemplo, na forma de subsídios à imprensa, e assim por diante. Na minha experiência, embora dinamarqueses e noruegueses estejam preocupados que o “clima do debate”, como eles chamam, esteja sendo deteriorado à medida que políticos e outros são tentados a imitar mais o estilo dos EUA de uma retórica negativa, ele continua notavelmente vital e civil.

Colaboram para isso, por exemplo, proibições contra qualquer forma de propaganda política na TV – em relação ao contexto dos Estados Unidos, especialmente após o [caso Citizens United](#) na Suprema Corte, que garantiu proteções à liberdade de expressão

das corporações; assim, não há limites na quantidade de dinheiro que elas podem gastar em anúncios políticos.

Colaboram ainda mais os princípios e padrões culturais, eu acho. Sem romantizar isto, está claro que a cultura norueguesa enfatiza um senso mais coletivo de pertencimento e participação. Formas de comportamento mais competitivas e agressivas certamente podem ser encontradas – mas elas são moderadas por este senso de ser parte de algo e responsável por um conjunto e um bem maior, em contraste com a tendência dos EUA em enfatizar “o indivíduo” nos moldes hobbesianos, isto é, como uma autocondenação atomística para endurecer a competição na “guerra de cada um contra todo”. Estes contrastes são indicados em níveis de confiança: Dinamarca e Noruega possuem os mais altos níveis de confiança no mundo (75%), enquanto os Estados Unidos estão mais próximo de países como Bélgica e Bielorrússia, na posição 35.

Finalmente, também está muito claro que o ímpeto de mercado no cenário da mídia – isto é, aquele no qual há apenas um sistema muito pequeno de serviço público de comunicação – estimula uma dura competição, na qual é muito mais provável gerar abordagens do tipo “filtros-bolha”, “nós vs. eles”, etc. Em contraste, o sistema público de mídia da Noruega é o mais bem financiado e vasto no mundo (em base *per capita*); e em geral funciona muito bem.

O senhor acredita na efetividade de uma “educação ética” para os usuários de mídias digitais?

Absolutamente - pelo menos se essa educação é cuidadosamente desenvolvida e habilmente ensinada. Isso significa, em parte, que tal educação deve ir além do “de cima para baixo”, “aqui estão as regras, crianças: memorize e obedeça”. Embora isso possa ser um começo necessário, especialmente em culturas e países mais acostumados a esse tipo de educação - é muito mais eficaz usar exemplos e exercícios que enfatizam uma abordagem de baixo para cima, que pressupõe a

sensibilidade ética dos alunos já razoavelmente bem formada.

Essa abordagem enfatiza ainda mais a importância de desenvolver o próprio juízo - "*phronesis*" - uma espécie de julgamento reflexivo que muitas vezes pode endossar mais do que somente um "chamado ao julgamento", em contraste com uma abordagem mais dedutiva que tenta encontrar respostas finais e singulares baseando-se em uma determinada norma, valor ou princípio. Este último tem seu lugar e propósito - mas o primeiro é realmente muito mais importante e mais difícil de articular e ensinar. Mas isso pode ser feito.

Inteligência Artificial (IA) é um de seus temas de pesquisa. O surgimento de formas cada vez mais avançadas de IA implicaria a criação de um código de conduta para a convivência de humanos com não-humanos?

Absolutamente. Sustento a visão de que a inteligência artificial não alcançará alguns aspectos

críticos das capacidades e características humanas que são fundamentais para a ética, começando por uma consciência dos fenômenos em primeira pessoa e um senso de liberdade ou autonomia que nos leva a normas éticas básicas, como respeito e igualdade. Mas a IA certamente desenvolverá algum tipo de “autonomia artificial”, ou seja, algo próximo de uma autonomia de estilo humano, e assim teremos que desenvolver um código de direitos e ética sobre como tratamos tais máquinas.

Muitos filósofos proeminentes já construíram argumentos nessas direções, como Mark Coeckelbergh. John Sullins também sugeriu de forma perspicaz que, assim como a ética da virtude é crítica para o nosso bem-estar e florescimento humano - virtudes como paciência, perseverança e empatia são necessárias para bens primários como amizade, relações de longo prazo, parentesco -, então podemos imaginar que dispositivos robóticos com inteligência artificial de suficiente sofisticação também exigirão virtudes que irão ajudá-los a buscar o bem-estar e florescimento.

Algumas dessas virtudes podem ser semelhantes às nossas - mas algumas provavelmente seriam diferentes, dependendo apenas de como os dispositivos são construídos e como evoluem. A parte realmente legal de tudo isso - ainda de acordo com Sullins - é que tanto seres humanos como robôs com inteligência artificial precisariam aprender novas virtudes, que seriam necessárias para ajudar nessas interações uns com os outros e também levar à prosperidade, bem-estar, etc. Isso seria emocionante e, se tivermos sorte, muito benéfico de fato.

Processos de automatização, como o uso de algoritmos, podem transferir a responsabilidade humana, ou parte dela, para artefatos digitais?

Absolutamente. Já existem abundantes literaturas filosóficas e jurídicas a respeito das noções de moralidade e responsabilidade distribuídas. Os trabalhos de [Luciano Floridi](#) e [Judith Simon](#) são primordiais nessa direção.

No contexto da Internet das Coisas, o senhor acredita ser possível dotar máquinas de preocupações morais humanas? Para ir além, poderíamos capacitar as máquinas para terem preocupações bioéticas, não restritivas à espécie humana?

Em algum grau, esse é um problema empírico - na realidade, nós não saberemos até tentarmos construir e implantar máquinas para fazer isso com se espera que façam. Mas de repente eu não vejo nenhuma razão pelas quais máquinas não possam ser programadas ao longo das linhas da moralidade humanas e de normas e estruturas éticas.

De fato, isso já está sendo feito - principalmente em linhas utilitárias - no desenvolvimento de carros autônomos, por exemplo. Ainda mais importante, existe uma nova iniciativa do IEE, "[Iniciativa Global para Considerações Éticas na Concepção de Sistemas Autônomos](#)". Este projeto irá estabelecer padrões éticos básicos que deverão orientar o design e o desenvolvimento de sistemas autônomos. O que é

especialmente excitante nisso tudo é que eles irão se inspirar no trabalho de Shannon Vallor, bem como no de Sarah Speikermann, de 2016: "*Ethical IT innovation: a value-based system design approach*" (Nova York, NY: Taylor & Francis). O volume de autoria de Sarah é o primeiro livro a dar conta de usar a ética das virtudes no design e desenvolvimento de tecnologias da comunicação e informação – ou seja, a autora compartilha com Shannon uma forte ênfase na ética das virtudes. Ainda melhor: ambos [Shannon e Sarah] são conselheiros éticos fundamentais do projeto. Então, estou otimista que nós veremos importantes e benéficos resultados a partir dessa colaboração.

*Entrevista: **Dairan Paul***

*Tradução: **Amanda Miranda, Dairan Paul, Livia
Vieira e Mariana Rosa***

Elena Real Rodrigues

A pós-verdade é um problema social, não se deve culpar só o jornalismo

Uma das vozes mais críticas à precarização do trabalho do jornalista na Espanha tem um tom comedido, com um volume baixo e sempre calmo. Essa voz é respeitada na academia e no mercado, e tem contribuído muito para o avanço das pesquisas sobre ética profissional e o fortalecimento da profissionalidade das redações naquele país. A dona da voz é a professora Elena Real Rodríguez, do Departamento de Jornalismo III da Universidad Complutense de Madri. No entanto, sua discrição não impede a firmeza com que manifesta preocupação. “Precisamos retomar o protagonismo nos temas da ética e da profissionalidade”, afirmou durante a [4ª Internacional Conference On Media Ethics](#), onde foi conferencista de abertura em março passado, em Sevilha. Na entrevista a seguir, feita por e-mail, a

professora Elena Real aborda alguns temas importantes da ética jornalística e ainda sinaliza o papel da educação no processo de aprimoramento deontológico e moral da sociedade.

Na Conferência de Sevilha, a senhora defendeu a necessidade de duas formas de autorregulação: uma comunicativa e outra jornalística. Pode falar um pouco mais sobre isso?

Desde que comecei na docência e na pesquisa em jornalismo, há 25 anos, tenho defendido que as soluções para o exercício jornalístico vêm da sua profissionalização. Isto é se consolidar como uma verdadeira profissão. Entre os requisitos para cumprilo está o desenvolvimento de um código deontológico. A Deontologia é um conjunto de normas que os próprios profissionais formulam para si mesmos. Para orientar sua conduta profissional. Não implica intervenção dos demais sujeitos envolvidos no processo da informação e da comunicação jornalística. A isso eu chamo de autorregulação profissional. O organismo mais indicado para levá-la a cabo é o

colégio profissional, onde estão representados todos os jornalistas [essa instância existe na Espanha e se assemelha aos sindicatos no Brasil, sem ter as funções de representação classista e negociação de acordos coletivos de trabalho]. Há outros mecanismos de autorregulação que afetam diretamente os empresários do setor e o público, e nesses mecanismos participam os demais sujeitos do processo informativo-comunicativo. A isso chamo de autorregulação comunicativa, já que não se refere aos profissionais unicamente, ainda que esses também intervenham porque são parte da elaboração e da difusão da mensagem.

Como a senhora avalia a ética jornalística na Espanha? Que problemas mais se destacam?

Ela está há anos em ponto morto. Precisamente porque a profissionalização está abandonada. E mesmo que essa se cristalize, a ética e a deontologia não poderão se consolidar e avançar. Serão sempre frágeis. Além disso, a alta precarização do trabalho torna as coisas mais difíceis ainda.

E em outros países, em escala mundial, como está o jornalismo em termos éticos?

Para além de promover a profissionalização com as instituições necessárias, é preciso que a vontade dos jornalistas não se curve. E nesse ponto dou muita importância à educação tanto profissional como a da própria pessoa. Se nos equiparmos com os mecanismos que apoiam o nosso trabalho frente ao dever social que temos para com os cidadãos de uma democracia, e, em seguida, não nos articularmos nem trabalharmos. E se ainda preferirmos nos vender aos interesses políticos e econômicos, nada vai ser servido. Veja o caso da Itália, a mais avançada na União Europeia no processo de profissionalização. A falta de vontade de seus profissionais não conseguiu exportar o modelo e vender suas virtudes. É um modelo que ainda requer melhorias, como observei em minhas pesquisas. Em vários países da América Central e do Sul têm sido um pouco como na Itália. Ao ponto de suspender as associações profissionais, considerando falta de utilidade, conflito com a liberdade de

expressão ou de livre concorrência. É uma oportunidade perdida porque o momento foi mal compreendido e a solução mal aplicada. Em outros países é mais ou menos a mesma coisa.

Uma grande preocupação atual é a quantidade de notícias falsas e o surgimento de um ambiente que muitos têm chamado de pós-verdade. Isso é realmente uma ameaça? O que se pode fazer para combater isso?

A mentira sempre esteve lá. E em nível jornalístico, dando lugar a formatos desagradáveis do ponto de vista da excelência. Temos o exemplo da imprensa marrom do início do jornalismo de massas. Mentir faz parte da maldade humana. E agora, com a ascensão das redes sociais, sofremos com ela igualmente em formato virtual. Mas você tem que separar o que é o bom exercício do jornalismo, ou seja, aquele que é feito por jornalistas e atribuído a eles, e o que vem da mão do usuário em geral, as outras pessoas que compõem uma sociedade e que se manifestam na grande auréola comunicativa da

Internet. A profissionalização permitiria que não se confundisse a mentira de jornalistas profissionais com a dos demais sujeitos. E ao não termos a profissionalização, essa confusão se estabelece. Será que toda a comunicação é jornalismo? Por que, então, classificar todos os sites como sites jornalísticos assumindo qualquer conteúdo como jornalismo? Devemos diferenciar o que é jornalismo de outros tipos de comunicação. Jornalismo tem suas próprias características, e só deve ser feito por jornalistas. Aí sim, poderíamos agir contra sua falta de ética e deontologia. A pós-verdade é um problema social. Não se deve culpar apenas o jornalismo por isso.

A crise das empresas jornalísticas também se traduz numa crise ética. O que a senhora pensa disso?

As empresas de comunicação têm sua ética empresarial, e ao mesmo tempo têm que respeitar a ética jornalística, facilitando o cumprimento dessa última aos seus jornalistas. São parceiros de jornalismo, que levam a cabo a partir de uma aposta

mediática. Eles têm que responder à finalidade social do jornalismo. Muitas vezes isso não aconteceu. E prevaleceu o desejo de ganhar dinheiro e influência dentro do poder político. Outra história é a crise econômica destes anos. Uma crise que tem sido dada pela perda de valores éticos e humanos nas pessoas e nos negócios. E a ela se juntou a pressão tecnológica, o que nem sempre empresas e profissionais têm sido capazes de lidar.

Em que medida as redações podem confiar nos públicos para aumentar seus padrões éticos e melhorar suas práticas profissionais? Estaríamos esperando demais da audiência?

O público tem sua parcela de culpa quando não exige que se cumpram os princípios e padrões de excelência informativa, e mesmo assim consome produtos de uma qualidade francamente duvidosa. Mas de alguma forma devemos tentar estimular, especialmente agora que você tem em suas mãos a capacidade de comunicar, sem intermediários. Portanto, é importante a transparência do trabalho

jornalístico. Para mostrar quando algo é bem feito, e para denunciar quando não é bem feito. É como convidar o público a ser cúmplice dessa crítica construtiva para a empresa e para o jornalista. Além de apoiar o bom jornalismo. Para isso, temos de educar as pessoas desde muito jovens. Isso acarreta outro problema, o da vontade do público... Finalmente, aí está a grande solução para os problemas de falta de ética: educar as pessoas para o bem para que despertem suas consciências para abater o mal. Aplique-se isso ao jornalismo ou a qualquer esfera do comportamento humano. Não precisamos descobrir nem criar nada novo.

Entrevista e Tradução: Rogério Christofolletti

Adriana Amado

É preciso interagir com a sociedade para sair da bolha

O campo acadêmico da comunicação na Argentina tem vivido um momento único. Uma geração de pesquisadores está não apenas refletindo sobre as condições de organização e funcionamento da mídia, da indústria e do jornalismo, como também tem permitido um oportuno diálogo com interlocutores internacionais. Nomes como os de Silvio Waisbord, Pablo Boczkowski, Eugenia Mitchelstein, Martín Becerra e Lila Luchessi são cada vez mais citados em trabalhos referenciais sobre a América Latina. Contemporânea, Adriana Amado preocupa-se com as possíveis pontes entre os saberes produzidos nas universidades, os avanços e tensões do mercado profissional e as demandas da sociedade. Na entrevista a seguir, a professora das universidades de Buenos Aires (UBA) e La Matanza (UNLAM) e presidente do

[Centro para La Información Ciudadana](#) trata de política, ética e os desafios para o exercício jornalístico nos países latino-americanos.

A Argentina tem um cenário político bastante polarizado, e isso não é de hoje. Em que medida a imprensa argentina contribui para isso? O que pensa sobre isso?

Na Argentina, a imprensa está muito relacionada ao desenrolar dos movimentos políticos e a consequência disso é que se converte em sua caixa de ressonância. Justamente por isso, ao falar do poder, e não dos problemas dos cidadãos, a imprensa se distancia cada vez mais da cidadania, cada vez menos dependente da imprensa, e essa perde leitores. No outro extremo, a política se baseia muito na imprensa, e nela se realimenta. Há um exagero da polarização, e isso resulta na política tomando decisões a partir de um cenário que ela mesma criou na imprensa, e que não necessariamente tem a ver com o que há de mais importante na sociedade.

Como a senhora avalia a prática do jornalismo em seu país? Quais são as principais dificuldades para que ele se exerça com honestidade e eficiência?

No jornalismo argentino, valorizamos muito o modelo de intervenção, isto é, o jornalismo que toma posição, relacionado com a tradição do jornalismo político. Portanto, a cobertura está muito mais orientada pela opinião do que pela reportagem dos fatos, e o parâmetro de honestidade se baseia mais na declaração de posição política do que na transparência diante do leitor dos processos pelos quais a informação foi produzida. Os resultados são notícias com poucas fontes, com mais declarações que constatações, e com o predomínio de fontes do poder em detrimento de fontes de especialistas ou cidadãos. Com isso, temos uma imprensa altamente politizada, mais ocupada com os bastidores da política do que com temas sociais, vinculados às preocupações cidadãs.

Quais são os principais problemas éticos para a prática do jornalismo argentino?

Na pesquisa [Worlds of Journalism](#), os jornalistas argentinos disseram, com ampla maioria, que a ética era muito importante no seu trabalho. Entretanto, não há códigos de ética em vigor na mídia nem existem instituições éticas ativas. Assim, o principal problema da ética no jornalismo argentino é que ela não existe, e não parece haver urgência para determinar marcos profissionais que orientem essas práticas.

O que a categoria profissional e as empresas do setor estão fazendo para melhorar o jornalismo por aí?

A oferta da capacitação está muito concentrada nos meios digitais, e abundam os cursos e congressos nesse segmento. Cursos de especialização e mestrados também estão se consolidando, e isso reflete a alta formação que têm os jornalistas argentinos: mais de 80% têm curso superior, de acordo com a pesquisa [Worlds of Journalism](#). [veja aqui o [relatório sobre a Argentina](#), assinado pela pesquisadora]

Esta pesquisa, aliás, oferece um bom comparativo das realidades jornalísticas em diversos países. Como o jornalismo latino-americano aparece no cenário global?

A constatação mais surpreendente foi a proximidade dos perfis e problemas com países que nunca havíamos pensado em estar tão parecidos profissionalmente, como na África e no leste europeu. Com os colegas pesquisadores desses países estão vendo que muitas das questões do jornalismo dos nossos contextos latino-americanos se explicam porque somos países que saíram no final do século passado de regimes autoritários, e isso se reflete em certas práticas do jornalismo e na sua baixa confiança nas instituições democráticas.

A senhora dirige a Infocudadana, uma iniciativa para melhorar a qualidade da comunicação pública na Argentina. Pode explicar melhor este projeto e os resultados que vem colhendo?

Somos um grupo de professores que acredita ser necessário sair da sala de aula para compartilhar um pouco de conhecimento com a sociedade e, com isso, também colher novos problemas. Publicamos pesquisas que fazemos nas universidades, mas com uma linguagem de divulgação, e oferecemos cursos em todo o país com jornalistas e comunicadores com quem aprendemos muito. Creio que é necessário ter esses espaços onde a academia interaja com a sociedade para evitar que a pesquisa fique presa em sua bolha.

Entrevista e Tradução: Rogério Christofolletti

Rafael Capurro

Precisamos questionar universalismos tecnocráticos e ambições monopolistas

No princípio, o ciberespaço era um ambiente virtual separado do mundo real, mas com o passar do tempo tornou-se parte integrante da vida social e, hoje, caracteriza-se como um dos maiores desafios da comunicação digital. A urgência em se chegar a um acordo internacional sobre regras para o ciberespaço é defendida pelo professor Rafael Capurro.

Filósofo, nascido no Uruguai, Capurro é um dos mais citados e principais pesquisadores da Ciência da Informação. Como docente, atua na Escola Superior de Mídia de Stuttgart, onde desempenha atividades nas áreas de Ciência da Informação e Ética da Informação, além de editar a revista científica *International Review of Information Ethics (IRIE)* do centro de pesquisa

Internacional Center for Information Ethics, criado por ele.

Nesta entrevista, concedida por e-mail, Capurro também alerta para uma reflexão sobre Ética Comunicacional da Ética Informacional; sobre a responsabilidade humana perante as decisões algorítmicas; sobre dilemas éticos no contexto latino-americano, além de tratar de temas como privacidade, censura e democracia. Confira!

Quais as relações entre a ética informacional e a ética jornalística?

A ética informacional tem uma trajetória curta e uma longa. A curta começa com o impacto social da computação especialmente a partir da década de 70 e continua com o advento da Internet na década de 90. A longa tem um ponto culminante durante a chamada era Gutenberg quando os filósofos iluministas refletem sobre a política do estado e da Igreja que tentam regular a disseminação do conhecimento impresso por meio da censura. Mais para trás, isso nos leva às

diversas formas e transformações da comunicação oral e escrita na Idade Média e na Antiguidade. Se trata sempre de problemas de poder e verdade: quem tem os meios e o poder de dizer o quê a quem, com que interesses e sobre que regras de verdade? Tanto a trajetória curta como a longa estão relacionadas com o jornalismo, o qual tem raízes na Antiguidade, embora seja fundamental para a Modernidade quando se torna chave para a democracia. A liberdade de imprensa é concebida como um quarto poder em um Estado democrático. A ética jornalística é parte da ética informacional, mas esta última é mais ampla enquanto analisa normas e costumes que regem a comunicação em uma sociedade em todas as suas formas e meios de comunicação. O termo ética comunicacional é, por vezes, utilizado para designar a ética jornalística. A ética informacional, vista a partir da curta trajetória, é chamada hoje também de ética digital.

O importante, para além da variedade de denominações, é não confundir a reflexão ética com seu objeto, as normas e costumes (do latim: *mores*)

vigentes na sociedade. Esta diferença é geralmente realizada no campo acadêmico usando o termo de *ética* ou *filosofia moral* para a reflexão e o de *moral* para as regras vigentes. Esta diferença se faz também, *mutatis mutandis*, quando distinguimos, por exemplo, a economia das Ciências Econômicas ou as leis da Ciência do Direito, ou seja, a reflexão e seu objeto¹.

Nas últimas décadas, quais foram os principais desafios impostos pelos avanços tecnológicos relacionados a ética informacional?

O desafio inicial foi a passagem de um formato *de um para muitos*, característica dos meios de comunicação de massa para interatividade da internet onde todo o receptor é um emissor potencial. Inicialmente se pensou o ciberespaço como um espaço virtual separado do mundo real. Paradigmático nesse sentido foi a "Declaração de independência do

¹ Ver mais em: Rafael Capurro: [Desafíos teóricos y prácticos de la ética intercultural de la información](#), En Luis Germán Rodríguez L. y Miguel Ángel Pérez Álvarez (coord.): Ética multicultural y sociedad en la red. Fundación Telefónica, Madrid, 2014, 3-25.

ciberespaço", de John Perry Barlow, em 1996. Vinte anos mais tarde, o ciberespaço tornou-se parte integrante da vida social. Os desafios atuais concernem não só na comunicação digital, mas no processo de digitalização especialmente na indústria, na economia e na política. É por isso que é urgente chegar a um acordo internacional sobre regras para o ciberespaço semelhante a de acordos em outros meios globais como do oceano e da atmosfera. Mas essas regras não são suficientes, tendo em vista os desafios da digitalização *em geral*. Este último se conhece também sob o termo Internet de (todas) as coisas (*Internet of Everything*). Mas digitalização não é algo que tem a ver com as coisas, mas com o horizonte de compreensão delas. Eu chamo esta última de *ontologia digital*. Outro grande desafio da tecnologia digital é a assim chamada *exclusão digital* que não é apenas um problema de acesso técnico à Internet, mas tem dimensões econômicas, políticas, culturais e educacionais. Em 2005, Nicholas Negroponte do MIT (*Massachusetts Institute of Technology*) lançou a iniciativa OLPC (*One Laptop Per Child*), ou seja, dar a cada criança um *laptop*

que valeria 100,00 dólares. Isso, acreditava ele, revolucionaria o ensino. Nos últimos anos os telefones celulares e outras tecnologias de mobilidade digital mudaram não só as condições de acesso à Internet, mas a comunicação em geral. Enfrentar o desafio da exclusão digital significa hoje, por exemplo, dotar as escolas públicas com a infraestrutura necessária para que desenvolvam *por si mesmas* conteúdos e formatos educacionais, criando bibliotecas escolares híbridas integradas na vida escolar e gerenciadas por bibliotecários profissionais em cooperação com professores e professoras, todos eles bem preparados e bem pagos. Um plano tecnocrático, centralizado, como o Plano Ceibal (projeto socioeducativo inspirado no One Laptop Per Child criado em 2007) no Uruguai, perpetua a lacuna entre o digital e o real e não proporciona formas de criatividade *a partir de baixo*. Tudo isso é dito sem a intenção de diminuir o valor e a intenção política de criar uma situação de maior equidade com base no Plano Ceibal faz dez anos. O

conceito de exclusão digital não é o mesmo há dez anos².

O que caracteriza e quais as principais convenções relacionadas à ciberética?

A busca de convenções éticas e legais para o ciberespaço assim como para todos os tipos de processos digitais que utilizam a Internet como um meio para gerenciar diversos processos no mundo *real*, teve um momento político relevante com a *Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação* (Genebra 2003, Tunísia 2005) organizada pela *União Internacional de Comunicações* (UIC), com as respectivas Declarações de Princípios e um Plano de Ação onde se fazia referência à dimensão ética da

² Ver mais em:

[Proyecto Huella Digital](#) / Biblioteca Nuevo Roble

Rafael Capurro y Maximiliano Rodríguez Fleitas: "[Let the Orientales be as enlightened as they are brave](#)". The Digital Divide in the Context of Uruguay's Public Schools.

Rafael Capurro: [Contribución a una ontología digital](#).

Deutsche Welle: [La voz de tus derechos. Entrevista con la periodista cubana Yoani Sánchez](#): Brecha digital: nuevos espacios de exclusión, Berlin, Mayo 2017.

sociedade da informação, que dava ênfase ao respeito pelos direitos humanos. Uma parte desse Plano de Ação (C 10) se refere explicitamente a dimensão ética da sociedade da informação, estimulando os governos e o mundo acadêmico para promover o debate e a investigação neste campo. Desde então, a UNESCO tem organizado encontros regionais com o objetivo de elaborar e adotar um código global de ética para a sociedade da informação, entre eles, em Santo Domingo (República Dominicana) em 2006. A primeira conferência africana de ética da informação ocorreu em 2007, em Pretória, África do Sul, sob os auspícios da UNESCO. Em setembro do mesmo ano, a UNESCO, a Comissão Francesa para a UNESCO e o Conselho da Europa organizou um encontro regional sobre "Ética e Direitos Humanos na sociedade da informação", realizada em Estrasburgo. Ele enfatizou os princípios éticos da dignidade e autonomia, sobre tudo em relação à proteção de dados pessoais e à vida privada, assegurando ao mesmo tempo a liberdade de expressão na Internet e a luta contra a criminalidade. A Primeira Conferência Regional para a Ásia e região do

Pacífico sobre dimensões éticas da sociedade da informação organizada pela UNESCO e pela Comissão nacional vietnamita para a UNESCO foi realizada em 2008 em Hanói (Vietnã). Nestas e em outras conferências foram alcançados acordos regionais, mas não se conseguiu chegar a um documento oficial comum. O "Código de Conduta sobre a incitação ilegal ao discurso de ódio na Internet" da Comissão Europeia e de empresas de TI (Facebook, Twitter, YouTube, Microsoft) de 2016 é um passo nessa direção, como é também o "Convênio sobre cibercriminalidade" aprovado pelo Comitê de Ministros do Conselho da Europa em 2001 que se aderiram logo os EUA e outros estados não europeus³.

³ Ver mais em:

Rafael Capurro y Johannes B. Britz: [In Search of a Code of Global Information Ethics: The Road Travelled and New Horizons. Código de conducta en materia de incitación ilegal al odio en Internet.](#)
[Código de Conducta en materia de incitación ilegal al odio en Internet.](#)
[Convenio sobre cibercriminalidad.](#)
[Sky News: Cybercrime agreement to be signed by global leaders \(2017\).](#)

Quais são as implicações éticas de decisões mecânicas tomadas por fórmulas algorítmicas?

O que é um algoritmo? O termo provém do nome do matemático persa Al-Juarismi (CA. 780-850 DC.), cujo "Compêndio de cálculo por conclusão e comparação" trata da aplicação de álgebra em problemas legais e comerciais da vida cotidiana. Diz-se frequentemente que os algoritmos digitais têm a capacidade de aprender, ou seja, de alterar as opções iniciais com base em novos dados. Mas dizer que os algoritmos *aprendem* é um antropomorfismo como dizer que *tomam decisões* ou *assumem responsabilidades*. Quem aprende, toma decisões e assume responsabilidades são os seres humanos que os criam e/ou utilizam. A ação humana se caracteriza pelo fato de que cada decisão está exposta desde sua mesma origem ao imprevisível. É esta *contingência* que não pode ser eliminada mediante um algoritmo. Toda fixação de opções possíveis carrega consigo um risco inevitável com respeito ao que é excluído. Um algoritmo que governa, por exemplo, os movimentos

de um carro sem motorista, está também baseado implícita ou explicitamente em regras morais ou em leis. Os dilemas morais surgem por esta fixação⁴.

Na sua opinião, quais são os principais dilemas ligados à ética informacional presentes no contexto latino-americano?

Talvez seja melhor falar de *temas* e não só de *dilemas* em que uma multiplicidade de opções é reduzida a duas que carregam indistintamente o fim desejado ou o excluem. Em muitos casos, tanto na vida privada como na vida pública, somos confrontados com múltiplas opções entre as quais não é fácil prever qual é a melhor ou menos ruim. Isso exige um processo de valoração que leva tempo se não se quer tomar decisões impulsivas ou guiadas por princípios ou

⁴ Ver mais em:

Rafael Capurro: [La responsabilidad moral no puede ser delegada a algoritmos](#) (2016).

Rafael Capurro: [Entrevista con Yue-Hsuan Weng: The Quest for Roboethics](#) (2017).

Rafael Capurro: Autonomous Zombies are not an Option.

Disponível em: 2025 AD, June 28, 2017

valores aparentemente absolutos ou que não necessitam uma interpretação com relação aos problemas em questão.

De 21 a 24 de fevereiro de 2017, celebramos com um simpósio dez anos de trabalho em ética informacional na África, sob a liderança do *African Centre of Excellence for Information Ethics* (ACEIE) do Departamento de Ciência da Informação da Universidade de Pretória. Nas 12 seções que envolveram cerca de 50 especialistas de 14 países (Nigéria, Gana, Sudão, Uganda, Quênia, Tanzânia, Malawi, África do Sul, Zimbábwe, EUA, Canadá, Alemanha, Holanda e Austrália), foram discutidos os seguintes tópicos que também são relevantes no contexto latinoamericano, a saber: 1. Acesso e acessibilidade; 2. Ética da Informação Africana; 3. Biometrics; 4. Consideração do multilinguismo; 5. Responsabilidade corporativa; 6. Cibercrime e Cibersegurança; 7. Liberdade de expressão; 8. Globalização; 9. Saúde; 10. Questões éticas da informação como PAPAS (Privacidade, Acesso,

Propriedade Intelectual, Precisão e Segurança); 11. Impacto do colonialismo (e apartheid); 12. Importância da educação; 13. Importância de entender as principais definições; 14. Importância dos direitos humanos universais; 15. Conhecimento indígena e tradições; 16. Multiculturalismo; 17. Multistakeholder; 18. Fenômenos naturais; 19. Impactos negativos sobre o desenvolvimento da África; 20. Oportunidades trazidas pelas TICs; 21. Considerações sobre PEST (Políticos, Econômicos, Sociais e Tecnológicos); 22. Prevalência da divisão digital; 23. Adequação da governança adequada e legislação (ou falta dela); 24. Relação entre individual e cultural; 25. Papel das organizações internacionais. Cada tópico abre vastos campos de reflexão e ação tendo em conta as condições locais. O multiculturalismo e a diversidade de línguas, por exemplo, é diferente na África e na América Latina. Ponderar a segurança e o controle social implica ver qual é o marco legal existente ou não na América Latina que possibilite e limite a ação governamental.

O projeto MISTICA liderado por Daniel Pimenta sob o marco da agora dissolvida *Fundación Funredes* foi uma fonte importante de discussão, valoração e avaliação durante muitos anos do que podemos chamar de culturas digitais latinoamericanas. No documento final de 2002 "Trabalhando a Internet com uma Visão Social" (Artigo 13, parágrafo 5) as seguintes questões foram levantadas:

a. Quais as ações que são promovidas impulsionam a produção de conteúdos locais?

b. Qual nível de participação estão tendo as populações que fazem com que se trabalhe no desenvolvimento de conteúdos locais?

c. Em que medida se estão promovendo ações que permitam disseminar e promover os conteúdos locais?

d. Em que sentido se está promovendo a Internet como um espaço de expressão dos grupos menos favorecidos da sociedade e das culturas populares?

Embora existam grupos acadêmicos latino-americanos dedicados a refletir sobre esses temas, acredito que falta uma melhor coordenação das diferentes atividades. Isso poderia ser alcançado, por exemplo, com a criação de *Centros de Excelência em Ética da Informação*, semelhantes ao African Centre of Excellence for Information Ethics (ACEIE) na África do Sul. Apoios institucionais destes centros são as universidades e centros de pesquisa. Entre estes últimos gostaria de mencionar o *Instituto Brasileiro de Pesquisa em Ciência e Tecnologia* (IBICT), onde trabalham colegas como Marco Schneider e Gustavo Saldanha, assim como também a María Nélica González de Gómez, da Universidade Federal Fluminense (UFF). Uma importante fonte de informação e comunicação neste campo é a *Rede Latinoamericana de Ética da Informação* (RELEI), liderada por Miguel Angel Pérez Alvarez, da Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM). O primeiro Congresso Brasileiro de Ética da Informação foi realizado em João Pessoa em 2010 e o terceiro em São Paulo em 2017. Finalmente, quero destacar o

trabalho do jurista peruano Erick Iriarte Ahon com o projeto *LatinoamerICANN* dedicado à *Governança da Internet* na América Latina, em que informa por meio de uma excelente lista (latinoamericann@dgroups.org)⁵.

O avanço contínuo das formas de intrusão por parte do Estado e de grandes empresas privadas gera problemáticas conexas à privacidade. Quais os principais reflexos sociais do monitoramento massivo das formas de comunicação contemporâneas?

⁵ Ver mais em: [African Centre of Excellence for Information Ethics \(ACEIE\)](#).

[Iriarte & Asociados](#).

MISTICA ([Metodología e Impacto Social de las Tecnologías de la Información y Comunicación en América](#))

[Primer symposio brasilero sobre ética de la información](#) (Joao Pessoa 2010).

[Red Latinoamericana de ética de la información](#) (RELEI). Disponível em:

[Tercer symposio brasilero sobre ética de la información](#) (Sao Paulo 2017).

[World Café Sessions Report](#) (2017).

O público e o privado são fenômenos fundamentais de toda a sociedade humana enquanto que o ser humano tem um conhecimento limitado de si mesmo e do mundo. Sua sobrevivência e desenvolvimento dependem não apenas de sistemas de imunidade biológica, mas também de todos os tipos de sistemas de proteção, entre os quais, as regras morais e legais que desempenham um papel preponderante, além dos sistemas técnicos que estão cada vez mais sendo determinados pela tecnologia digital. Em outras palavras, uma sociedade tecnologicamente avançada como é a sociedade digital atual, depende de sistemas de proteção que permitam tanto a sua subsistência como uma sociedade organizada em diversos sistemas, bem como da subsistência e desenvolvimento dos seus membros com seus próprios propósitos. Este último significa que uma sociedade que respeite a liberdade individual dos seus membros deve evitar tanto um sistema *immunitario* técnico e simbólico que permita ao estado um controle de seus súditos sob o pretexto de protegê-los, como um sistema no qual a livre comunicação

entre os indivíduos seja um monopólio de agentes privados. Este último acontece atualmente com diferentes graus de perda de privacidade em favor da transparência por parte destes agentes e de sua colaboração com agentes estatais.

A diferença público/privado varia de acordo com condicionamentos históricos complexos de relações de poder em campos tais como a vida diária, a política, a economia, a cultura, a arte ou a religião. Se entendemos o código público/privado como a possibilidade de ocultar e revelar quem somos, podemos analisar como se joga hoje a intrusão do estado e de empresas privadas usando técnicas comunicacionais digitais ao contrário de outras sociedades baseadas na oralidade, escrita e impressão. A distinção público/privado tem a ver com o jogo social de estima ou recusa em que se funda a identidade pessoal e social. O monitoramento massivo da comunicação digital põe em causa de julgamento esta dita liberdade sem que muitas vezes um indivíduo ou um grupo em uma rede social o perceba como tal.

Enquanto o Estado pode proibir por lei certas formas de comunicação como o discurso de ódio (*hate speech*), o faz muitas vezes através de uma censura imposta aos intermediários. Isso não resolve o problema de fundo que é o fato de que a comunicação digital está nas mãos de grandes empresas, sendo assim, a comunicação como a pensou, por exemplo, Jürgen Habermas, é o motor da democracia e, portanto, algo eminentemente político.

A pergunta que surge é, então, por que não criamos espaços públicos de comunicação digital garantidos por lei? É como se no caso das cidades tivermos apenas ruas e praças privadas. Alguns se gabam de que dois bilhões de pessoas são membros de uma rede social criada por uma empresa privada, que espera que todos os seres humanos sejam seus membros. As consequências de uma humanidade formada seja ela por *um* Estado ou por *uma* empresa privada, independentemente de suas *boas* intenções, são fáceis de imaginar. Elas dizem respeito não só a centralização do poder nas mãos de pessoas ou grupos

não escolhidos democraticamente nem legitimados para definir as regras do jogo social, mas também uma transformação fundamental da pluralidade e diversidade das sociedades humanas em torno de uma visão tecnocrática. Essa tem as suas raízes nas religiões e suas aspirações de salvação universal mediante a formação de um *corpus mysticum* que é projetado agora no meio digital. Chamo essas visões de *cibergnosis*. O jurista italiano Stefano Rodotà, que morreu recentemente, nunca se cansou de insistir no que ele chamou de "habeas data", ou seja, o direito dos indivíduos a que se respeitem seus dados em forma similar à promessa feita na Carta Magna em 1215: "We shall not lay hand upon thee" que concerne ao respeito ao corpo humano em sua integridade ("habeas corpus")⁶.

⁶ Ver mais em: Rafael Capurro: [Aspectos interculturales de la privacidad en un mundo digitalmente globalizado](#).
Rafael Capurro - [Christoph Pingel: Ethical Issues of Online Communication Research](#).
[European Group on Ethics in Science and New Technologies](#) (EGE):
Opinion Nr. 20, 16/3/2005 (Rapporteurs S. Rodotà y R. Capurro):
Ethical Aspects of ICT Implants in the Human Body.

Em diferentes contextos e regiões do mundo percebemos formas de censura e restrição de liberdades, o enfraquecimento da democracia, retrocessos e intolerância. Qual o papel da ética informacional nestas circunstâncias?

A questão aponta para uma possível adequação entre informação global e conduta ética igualmente global, ou seja, fundamentada em normas e valores transculturais e universais. Esta adequação é diferente do que buscou a Iluminação contrapondo valores universais e dos princípios do *Ancien Régime*. Karl Marx deu outro tipo de resposta frente à inadequação entre os valores universais representados pela classe trabalhadora e os interesses do capital. A *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, por sua vez, foi uma resposta política aos horrores da Segunda Guerra Mundial. A pergunta sobre aquilo que nos une como humanidade não parou de nos preocupar desde o início da filosofia no Ocidente e em outras grandes culturas assim como a ciência moderna como herdeira

da filosofia. Ela está também presente em religiões com mensagens universalistas. E está também nas ambições políticas de criar reinos ou estados universais ou, pelo menos, de submeter outras culturas a interesses coloniais, sem dúvida, em muitos casos, para instrumentalizar declarações universais para interesses particulares.

Culturas, línguas e formas de vida se influenciam mutuamente criando diversos tipos de hibridizações ou identidades de fluxo permanente. Estas últimas são uma forma de realizar a universalidade como uma variedade e não como uma homogeneidade. Tal variedade supõe então um constante esforço de tradução tanto linguística *como* de formas de vida, incluindo costumes, estilos de construção, modas, tradições culinárias, mitos, ritos e literaturas, etc. Universalidade e variedade não são, vistas assim, conceitos contraditórios. A variedade cultural que implica uma variedade de valores e princípios éticos não é menos importante que a diversidade biológica, embora ambas se distingam no sentido de que a

variedade de culturas é acompanhada da possibilidade de reflexão sobre si mesma e de pensar justamente a sua variedade *como* unidade.

A globalidade criada pela tecnologia digital pode padronizar as culturas, línguas, valores em que somos não *cosmopolitas* como pensava, por exemplo, o filósofo grego Diógenes de Sinope, mas cidadãos da rede ou *endictiopolitas* (do grego: *dyktion* = rede). Mas este tipo de universalismo tecno-político nada mais é que uma visão tecnocrática que vê a humanidade com sua variedade de culturas e modos de vida no mundo *real* como algo a ser superado. O ciber mundo é um lugar paradigmático da era digital em que tem lugar as lutas econômicas, sociais, políticas e religiosas. O que significa ter uma conduta ética global na era digital? Nem mais nem menos do que questionar universalismos tecnocráticos e ambições monopolistas, lutar contra o mau uso da rede para todos os tipos de ações destrutivas e discriminatórias, e transformá-lo

em um lugar regido por leis comuns, o respeito mútuo e a solidariedade⁷.

Em várias áreas do conhecimento o uso de robôs é cada dia mais frequente. Falando especificamente de jornalismo, como você observa essa relação entre máquina e seres humanos?

Esta pergunta tem uma longa história. Há antecedentes míticos que aludem, por exemplo, Homero na "Ilíada" (18, 369-379), quando ele fala de Hefesto, o deus dos ferreiros e artesãos, que fabricam serventes artificiais que assistem aos deuses em suas assembleias movendo-se por si mesmos (*oi automato*). Aristóteles menciona estes versos em sua "Política" (Pol. 1253 b 35-39) quando diz, com certa ironia, que se

⁷ Ver mais em: Rafael Capurro: [Cidadania na Era Digital](#). En: Adilson Cabral e Eula Cabral (eds.) Comunicação, Cultura, [Informação e democracia: tensões e contradições](#). Porto: media xxi, 2017, 49-75. Luis Germán Rodríguez L. y Miguel Angel Pérez Alvarez (eds.): [Ética multicultural y sociedad en red](#). Madrid: Telefónica 2014. Toni Samek & Lynette Schultz (eds.): Information Ethics, Globalization and Citizenship. Essays on Ideas to Praxis. Jefferson NC: McFarland.

tivermos serventes artificiais não necessitaremos escravos. Karl Marx cita esta passagem de Aristóteles, "o maior pensador da Antiguidade", em "Das Kapital", e critica os economistas que não compreendem que "la máquina es el instrumento más probado para alargar el trabajo diario." (IV, cap. 13, 3, b). Os robôs da era digital vão mais além do que pensava Marx, porque em vez de estender o trabalho diário *substituem* os trabalhadores que têm assim tempo, mas não trabalho, pelo menos enquanto não consigam capacitar-se para outros tipos de trabalho próprios da era digital. Por outro lado Marx tem razão se entendermos o termo robôs em um sentido amplo incluindo nele, por exemplo, instrumentos como o telefone celular ou qualquer tipo de objeto conectado à rede no que é chamado Internet das coisas. Isso cria uma situação de se estar conectado *permanentemente* tanto na vida diária como na laboral.

O regime de tempo imposto pela tecnologia digital é mais amplo do que impôs a modernidade com base no relógio, mas ambos têm algo em comum

enquanto obrigam os indivíduos a viver *apenas* no presente, desligando-os da *liberdade* de recordar o passado e de abrir-se ao futuro, ou seja, de viver o tempo humano *tridimensional*. Neste sentido, a mudança introduzida pela robótica é tal que a vida humana é medida pelo tempo *unidimensional* próprio dos robôs mesmo quando estes imitam o tempo humano e até mesmo quando os robôs nos trazem muitas vantagens, tanto na vida diária como na laboral. O desafio consiste em não nos deixarmos dominar pelo regime temporal e por aqueles que os utilizam como instrumento de vigilância, domínio e opressão de diversos tipos e graus, com ou sem o consentimento dos sujeitos que se transformam assim em objetos dos que gerenciam o poder político e/ou econômico no mundo digitalizado.

Isto vale também para o jornalismo, não só em relação ao uso da chamada inteligência artificial para as tarefas jornalísticas em todos os níveis, mas também para a relação entre o jornalismo como filtro regulador da difusão de notícias em um meio ainda não

suficientemente regulado pela lei. O desafio consiste em não perder o impulso *libertador* da rede digital global e interativa com suas possibilidades de melhorar a vida de milhares de milhões de seres humanos. A liberdade de imprensa não tem lugar em um espaço neutro, mas é jogada em meio a lutas de poder a nível local e global. Os clássicos agentes midiáticos como a imprensa e canais de televisão públicos e privados se somam agora a oligopolistas da era digital como o Facebook ou Google, que filtram de diversas maneiras o que é mais ou menos importante. Essa filtragem significa, em muitos casos, distorcer as notícias de modo que o falso aparece como verdadeiro (*fake news*). Esta distorção é um poderoso instrumento de luta política, econômica e militar (*digital warfare*). A luta de meios se torna assim um elemento fundamental do século XXI. O jornalismo como ator social precisa redefinir seu papel e sua responsabilidade neste novo contexto midiático.

Estamos vivendo a aurora da era digital, mas as suas facetas positivas e negativas já se oferecem a vista

de um observador atento que não se deixa iludir nem pelas promessas de um marketing agressivo nem pelas obsessões, ambições e esperanças que toda a criação humana traz consigo. Como disse o filósofo francês Jean Brun, referindo-se a reflexões de Paul Valéry sobre as "máquinas calculantes", as máquinas são filhas da imaginação mais que da razão. Eles são "aparatos metafísicos" de que o ser humano espera não só uma salvação sócio-econômica, mas sim algo que o libere de seus limites existenciais. Estamos apenas começando a sonhar sonhos digitais. Não esqueçamos as palavras de Francisco Goya: "O sonho da razão produz monstros⁸".

⁸ Ver mais em: Jean Brun: Biographie de la machine. En: Les études philosophiques, 1985, 1, p. 3-16.

Rafael Capurro: [Living with Online Robots](#).

Rafael Capurro: [Autonomous Zombies are not an Option](#).

Rafael Capurro: [The Quest for Roboethics: an Interview with Yue-Hsuan Weng](#).

Rafael Capurro: [La cosa para pensar](#).

Hektor Haarkötter & Felix Weil (Guest Editors): [Ethics for the Internet of Things. International Review of Information Ethics, 22/2014](#).

Nota: Rafael Capurro agradece ao Prof. Oscar Krütli (Córdoba, Argentina) pela sua leitura crítica das respostas.

*Entrevista e Tradução: **Ricardo José Torres e
Sílvia Dalla Costa***

Joaquim Fidalgo

O jornalismo é uma atividade feita por homens, não anjos

As notícias falsas não são uma invenção recente, mas não é por causa disso que se deva descuidar delas. Seu impacto maior se dá na credibilidade do jornalismo, adverte o professor Joaquim Fidalgo, da Universidade do Minho, em Braga (Portugal). Na entrevista a seguir, o especialista em ética jornalística, identidade profissional e auto-regulação aponta como jornalistas e veículos de comunicação podem evitar para não difundirem mentiras disfarçadas de informação. Fidalgo sabe o que diz. Com passagens por grandes jornais portugueses, como “Jornal de Notícias” e “Expresso”, também foi ombudsman do “Público”, função cada vez mais rara por aí.

Um temor recente e crescente é o das fake news. De que forma, esse fenômeno (não recente) afeta eticamente o jornalismo?

O problema maior das “fake news” é o dano que causam a um dos alicerces mais relevantes do jornalismo: a sua credibilidade. E perder credibilidade significa deixar de ter a confiança do público. E sem confiança não há jornalismo que interesse ou que perdure. Em minha opinião, a grande questão não é a existência de notícias falsas: sempre houve gente interessada em manipular a opinião pública, para isso recorrendo à mentira ou à invenção de “notícias”. A grande questão é esses “inventores” ou mentirosos conseguirem que os meios de comunicação social difundam tais falsidades como se de verdadeiras notícias se tratasse... Jornalistas que recebem informações e se limitam a publicá-las, sem qualquer cuidado de confirmação, de aprofundamento, de cruzamento de fontes, de contextualização, desrespeitam as suas mais elementares regras profissionais – e, com isso, falham nos seus mais

básicos deveres éticos. Não passam de “pés de microfone”, como costumamos dizer em Portugal. No fundo, negam a própria essência do jornalismo e a sua exigência enquanto “disciplina de verificação”, como referem Kovach e Rosenstiel no seu célebre livro “Os Elementos do Jornalismo”.

O que as redações e os profissionais podem fazer para combater e evitar as notícias falsas e a pós-verdade?

Os tempos de hoje, com a enorme velocidade provocada pela internet e com a tremenda concorrência causada pela multiplicação de atores no campo da mídia (incluindo aqui as redes sociais), não favorecem nada o que sempre devia fazer-se: confirmar primeiro e publicar depois. As notícias são agora difundidas a cada minuto e há sempre o receio de se ficar um minuto atrás do competidor do lado... Assim, com muita frequência publica-se primeiro e só depois se vai (quando se vai...) confirmar. O que os profissionais podem fazer é o óbvio “back to basics”: verificar a veracidade das informações, confirmar os

fatos junto de pelo menos duas fontes independentes entre si, avançar apenas quando há uma razoável certeza. Nada disto é novo, mas tem caído em desuso. Ora, isto é tanto mais necessário quanto, hoje em dia, as fontes de informação estão muito profissionalizadas, muito sofisticadas, e, portanto, fazem chegar aos *media*, com grande capacidade de sedução, boa parte das notícias. O processo está invertido: é cada vez menos o jornalista que vai à procura da notícia, é cada vez mais a notícia que vai ter com o jornalista. E, sabendo como as redações têm pouca gente e a pressão do tempo é fortíssima, muitas fontes aproveitam-se dessa fragilidade para lançarem notícias falsas, ou totalmente parciais; há uma grande probabilidade de que elas sejam publicadas tal e qual foram fornecidas ao jornalista...

Claro que, para além do esforço individual de cada profissional (que se espera e que se exige), também as redações, enquanto espaços de trabalho coletivo e de responsabilidade partilhada, deveriam manter mecanismos mínimos de controle e de

acompanhamento (conselhos de redação, ombudsman, editores encarregados de “fact checking”, etc.) que permitissem descobrir rapidamente (e corrigir) os erros ou as manipulações deliberadas.

Há quem diga que o jornalismo se acovardou ultimamente. Que ele não fiscaliza os poderes e que não enfrenta as corporações. O que pensa disso?

O jornalismo é uma atividade de homens, não de anjos. E desenvolve-se cá na terra, não no céu... Ou seja: muito humanamente, o jornalismo sofre também com as dificuldades que hoje em dia atravessam grande parte das empresas de comunicação social, muitas delas batalhando simplesmente pela... sobrevivência. É natural que esta situação fragilize os meios de comunicação. Um jornal que não consegue receitas superiores aos custos está sempre numa posição difícil para garantir a sua independência – seja face ao Estado, seja face aos anunciantes. Um jornal que acumula prejuízos acaba frequentemente por ser tentado a aceitar “negócios” que de outro modo não

aceitaria. E esse é um caminho que acaba sempre por dar mau resultado. Acresce que muitos órgãos de comunicação fazem parte de conglomerados empresariais que, aqui e ali, condicionam de fato a liberdade de movimentos do jornalismo. Se não “obrigam” a que se faça este ou aquele trabalho, pelo menos ‘sugerem’ que se mantenha silêncio sobre esta ou aquela polémica...

Claro que não é só por este motivo que a mídia por vezes se acovarda e cede às pressões do exterior (pressões políticas, económicas, desportivas, culturais...). Há também, nos tempos que correm, uma grande tentação de estar sempre de boas relações com o poder, de não incomodar, de não agitar, para conseguir no futuro algum tipo de benefício. O jornalismo radicalmente independente, incômodo se for preciso, frontal e incisivo face a todos os poderes, não está muito “na moda”. E é pena, pois com isso vai perdendo o valor específico que o distingue de outras atividades da comunicação mais institucionais, mais de

marketing e de promoção, do que propriamente de investigação e de denúncia.

Que avaliação você faz da deontologia hoje no jornalismo português?

Há, infelizmente, uma certa passividade (mesmo no seio dos jornalistas) quanto a derrapagens éticas e deontológicas que vemos por vezes nos meios – nuns mais do que noutros, naturalmente. Em conversas de café, em tertúlias informais, os profissionais são capazes de ser muito críticos; mas em público, quando seria necessário apontar as falhas e criticar quem deve ser criticado, tudo fica mais complicado. Há, na prática, uma certa “cumplicidade corporativa” que não ajuda a que se distinga sem medo, aos olhos do público, o que é bom e o que é mau jornalismo. Para além disso, os jornalistas portugueses sempre ficaram aquém do que eles próprios prometeram em termos de auto-regulação. Insistem que auto-regulação é a melhor forma de regular o comportamento da mídia, mas em termos práticos isso não tem tido seguimento. E aparecem iniciativas estatais que visam, supostamente,

preencher esse vazio. É assim que surge, por exemplo, uma Comissão da Carteira Profissional de Jornalista, com poderes de sanção disciplinar em casos de conduta imprópria do foro deontológico, que só existe porque os jornalistas, autonomamente, não foram capazes de se auto-regular de modo eficaz. Uma instância auto-reguladora (Conselho Deontológico) funciona no âmbito do Sindicato dos Jornalistas, mas uma grande parte dos jornalistas portugueses não está sindicalizada e, portanto, dificilmente se reconhece naquele organismo. Na sequência do último Congresso dos Jornalistas portugueses, realizado em janeiro de 2017, estão atualmente a decorrer reuniões entre profissionais interessados por estes assuntos, para ver se se encontra modo de melhorar a situação, porventura com a criação de um novo organismo, dependente exclusivamente dos jornalistas, e congregando todos eles, independentemente de fazerem ou não parte do sindicato.

Em que medida, ombudsmans podem contribuir para uma difusão maior da ética e da

qualidade jornalística? E como podem servir ao público?

Pessoalmente, dou muito valor à figura do ombudsman (que eu próprio desempenhei durante dois anos, no jornal diário Público), quer pela vigilância que permite estimular “para dentro” do órgão de comunicação, quer pela pedagogia que permite exercer “para fora” dele, para os públicos. Embora não tenha, por princípio, poderes concretos de intervenção nas redações (até porque só atua *a posteriori*, ou seja, nunca antes de certa matéria ser publicada), o ombudsman – que em Portugal se chama provedor (do leitor, do ouvinte ou do telespectador) – tem esse enorme poder de influência que é criticar um meio de comunicação nas suas próprias páginas. E não só criticar. É também ajudar a que se compreenda melhor como funcionam os mecanismos do jornalismo, o que está por detrás de certas decisões, que condicionalismos existem, etc., tudo isso contribuindo para qualificar a capacidade crítica dos leitores. Além disso, o fato de um órgão de comunicação pagar a uma

peessoa para estar permanentemente à disposição dos leitores, em dedicação exclusiva, com tempo para os ouvir e com eles conversar, é sinal de que esse órgão de comunicação leva a sério a exigência de prestação de contas (*accountability*) que se espera de meios atentos à sua responsabilidade social. É levar à prática, de modo muito concreto, aquilo que muitas vezes se promete, mas não passa de retórica ou de um rol de boas intenções. Infelizmente, o número de ombudsman tem diminuído em Portugal (e um pouco por todo o mundo), sobretudo por causa da crise econômica que tem levado as publicações a diminuírem o número de jornalistas – e que, por arrastamento, leva também a que se prescindia do provedor, pois é mais uma pessoa a receber um salário...

Pode falar um pouco mais de suas mais recentes pesquisas em termos de deontologia?

Atualmente, tenho procurado estudar as questões que se prendem com as fronteiras do jornalismo face a outras atividades semelhantes e que,

por vezes, se confundem com o próprio jornalismo. Estas fronteiras eram, antigamente, muito claras e definidas, mas hoje em dia têm se tornado cada vez mais fluídas e porosas, com o que isso significa de eventual confusão entre atividades e diminuição da transparência que se espera de toda a comunicação no espaço público. E a verdade é que, em meu entender, a transparência é a primeira condição para uma postura verdadeiramente ética...

Especificamente, ando a investigar fenômenos de “hibridização” do jornalismo, ou seja, atividades que “parecem” jornalismo, que usam os gêneros e as técnicas do jornalismo, que se apresentam ao público como se fossem jornalismo, mas que de fato são publicidade, ou propaganda, ou marketing, ou promoção comercial. Em simultâneo, estou a recolher e a analisar os pontos de vista de profissionais que trabalharam em jornalismo, mas que, depois, se mudaram para outras atividades de comunicação: assessoria, relações públicas, promoção e marketing, etc. Trata-se de tentar perceber que grau de

incompatibilidade existe (ou não) entre essas funções e até que ponto se garante que os públicos sabem sempre que tipo de mensagens lhes chegam: mensagens de cariz jornalístico, selecionadas e trabalhadas segundo critérios de interesse público, ou mensagens de cariz promocional, selecionadas e trabalhadas segundo critérios de interesse comercial, ou seja, desenvolvidas apenas porque alguém pagou para isso. Mais uma vez, é a preocupação com a transparência (e a consequente credibilidade) que me parece fundamental.

Entrevista: Rogério Christofolletti

Shakuntala Rao

A mídia pode desempenhar um papel crítico onde a justiça deve ser feita

A exclusão da população pobre nos jornais indianos é um resultado tanto da crise na ética jornalística, como também da concentração dos meios de comunicação e da própria democracia recente do país. No ranking mais recente sobre Liberdade de Imprensa divulgado este ano pela ONG Repórteres Sem Fronteiras, Índia está no 136º lugar, em um total de 180 países – o Brasil não está muito à frente, em 103º. Ética, propriedade dos meios e contexto histórico são três variáveis observadas pela professora Shakuntala Rao como determinantes para o impacto negativo nas práticas jornalísticas da Índia.

Rao é professora no departamento de comunicação da State University of New York, em Plattsburgh, e tem se dedicado a estudar temas como

ética global de mídia, cultura popular e jornalismo no sul da Ásia. “Journalism, Democracy and Civil Society in India” é o seu último livro, editado junto com o pesquisador Vipul Mudgal.

Na entrevista a seguir, Rao comenta alguns de seus trabalhos mais recentes, como um artigo em que analisa a cobertura televisiva da Índia sobre casos de estupro, o que desvela as relações de classe e gênero que afetam a ética profissional. A pesquisadora também discute a contribuição dos estudos pós-coloniais para a ética jornalística através de um resgate da filosofia hindu, e defende a dignidade humana como conceito central para a prática jornalística.

Em um de seus artigos, a senhora utiliza a glocalização para entender o global e o local como complementares, e não como oposições. Como esta teoria pode nos auxiliar a compreender a ética jornalística em diferentes países?

Meu interesse na glocalização veio de tentar entender como poderíamos problematizar práticas

locais, mas sem impor um sistema de valores que poderia ser visto como estrangeiro, elitista, etc. A parte difícil tanto sobre a teoria indigenista como a glocalização é assegurar que nenhuma delas seja traduzida como algo “paroquial” a ponto de perder toda a sua energia crítica. Por exemplo: nós sabemos que o feticídio de gênero é um problema indiano único, onde um grande número de mulheres, voluntariamente ou à força, abortam fetos femininos, ou matam seus bebês meninas recém-nascidas. Não há realmente nenhuma versão paralela disto no Ocidente ou na sociedade americana; então, como a glocalização da prática jornalística e do conteúdo das notícias pode nos ajudar aqui?

Eu orientaria jornalistas a uma ética global de dignidade humana para relatarem feticídios femininos não como um crime cometido por uma única mulher, ou mesmo um casal, mas para verem como relações familiares, religiosas, comunais, tribais e de casta criam condições que levam a estes assassinatos. Reportar sobre relações de gênero se torna ainda mais

complicado numa sociedade onde a religião sempre exprimiu alta consideração a deusas. Por um lado, a mulher é reverenciada como uma deusa, aquela que dá vida e é considerada sagrada; por outro, ela é punida quando falha em produzir sucessores masculinos. A matriz da hierarquia social é complicada e requer um nível profundo de conhecimento local. Para jornalistas, a dignidade humana como um conceito ético global pode ser útil, mas deve ser aplicado com cuidado e entendendo as normas locais.

Baseado na sua [análise dos contextos indianos e chineses](#), como a senhora avalia o impacto geopolítico na ética jornalística destes países?

Eu não sei se posso responder a esta questão sem soar muito pessimista. Em ambos os países, nós temos visto um declínio real de qualidade na mídia e no jornalismo. Claro, pode-se entender que a Índia é uma democracia funcional pelos últimos 70 anos e que a China está sob as regras de um mesmo partido comunista pelos mesmos anos. Ambos estão classificados muito abaixo no [índice de liberdade de](#)

[imprensa](#), com a China na posição 176 e a Índia em 136, em um total de 180 países.

Na minha opinião, não deveríamos olhar para nenhum destes países como modelos a serem seguidos para práticas éticas do jornalismo. Eles têm um alto nível de corrupção na mídia, ambos enfrentam censuras governamentais, e suas normas jornalísticas são novas. Se a questão é como as práticas jornalísticas destes países podem impactar o mundo, temo que a influência seria negativa. Vi isto em primeira mão quando realizei um treinamento de ética jornalística no Sri Lanka. Existiam muitas imitações e venerações das práticas jornalísticas indianas, e foi difícil convencer os jornalistas do Sri Lanka que eles não deveriam adotá-las sem antes ponderar e avaliar a ética e os valores destas práticas.

No artigo [“Covering rape in shame culture”](#), a senhora traz um balanço sobre a cobertura televisiva da Índia em casos de violência contra mulheres. Neste contexto, como as práticas

jornalísticas têm sido afetadas por questões de classe e de gênero?

Neste artigo, eu critico coberturas que apenas apresentam o estupro como um problema quando ele acontece com mulheres de casta em classes altas e médias. Pesquisas mostram que a maior parte da violência sexual na Índia é cometida contra *dalit*, ou mulheres de baixa casta, em locais públicos – ruas, banheiros públicos femininos e campos. Seus autores são predominantemente proprietários que pertencem à alta casta. Além disso, mulheres *dalit* que são vítimas de crime enfrentam grandes atrocidades de natureza dolorosa (assassinato e mutilação) quando comparadas a vítimas das castas mais altas. Elas também têm muito menos acesso ao sistema legal e frequentemente, não chegam à delegacia a tempo, o que as impede de apresentarem uma queixa.

Pobres, mulheres e homens *dalit* não têm conseguido mobilizar táticas de pressão em instâncias domésticas e internacionais para constranger e expor o estado na esperança de convencê-lo a reconsiderar

políticas falhas e assegurar justiça aos pobres. Minha crítica foi direcionada à mídia indiana que atendia exclusivamente às audiências urbanas, de classe média e alta casta ou, como eles referenciam, as PLU (*people like us* – pessoas como nós). Em um país com mais de 400 milhões de pobres, é chocante observar a falta de cobertura destas pessoas e destas vidas.

Há uma crise real na sociedade indiana, e que vem crescendo a um ritmo mais rápido do que antes, com uma desigualdade de renda entre os ricos e os pobres, entre os urbanos e os rurais. A mídia, por outro lado, parou de cobrir, em sua maior parte, as vidas dos pobres. O que você tem são casos como o [estupro de 2012, em Delhi](#), onde a mídia se torna obsessiva com um crime particular, cobre-o e então avança para a próxima história. Questões críticas de classe, casta e desigualdades de gênero não chegam às primeiras páginas dos jornais ou ao horário nobre dos canais de televisão.

No seu estudo seminal da linguagem inglesa e hindu nos jornais indianos, o pesquisador Vipul Mudgal

descobriu que cerca de 2% da cobertura diária era dedicada às questões da Índia rural, suas crises e ansiedades. Este número, ainda que ainda que minúsculo, foi ilusório, porque a maioria das notícias não era sobre a vida dos agricultores, sua pecuária ou qualquer outra preocupação que eles poderiam ter. A maioria das notícias era sobre crime, violência, acidente ou desastres. Nós estamos falando sobre uma cobertura de aproximadamente 600 milhões de pessoas, dois terços da população da Índia, que vivem suas vidas em vilarejos e pequenas cidades (*kasbas*). Esta história de exclusão é uma crise tanto na ética jornalística como na prática do jornalismo, na concentração das mídias e na durabilidade da própria democracia indiana.

No artigo “Practices of Indian journalism: justice, ethics, and globalization”, presente no livro “Media ethics and justice in the age of globalization”, editado pela senhora e pelo pesquisador Herman Wasserman, é apresentado o conceito de justiça do filósofo e economista indiano Amartya Sen, que se

desdobra nas ideias de *niti* e *nyaya*. Como eles podem ser articulados à prática jornalística?

Este é um desafio para nós que pretendemos encontrar uma utilidade para a filosofia na mídia e nas práticas jornalísticas. Tanto o *niti* como o *nyaya* vêm da filosofia Hindu, que reconhece a onipresença de uma realidade última, mas permitindo múltiplas interpretações para essa realidade.

O mais significativo desta filosofia são as seis *darsanas*, ou pontos de vista. A palavra *darsana* vem da raiz *drs*, que significa “ver”, e *darsana* é um termo sânscrito referente à filosofia. Os seis *darsanas* mais conhecidos são *nyaya*, *vaisesika*, *samkhya*, *yoga*, *mimamsa* e *vedanta*. Dentre estas filosofias, *nyaya* é referenciada como a ciência da justificativa lógica, e representa um método de investigação filosófico para os aspectos objetivos e subjetivos do conhecimento humano.

O fundador da *darsana nyaya* seria Gautama, no século 4 a.C, referenciado na antiga literatura Hindu

como um *aksapada* (“o de olhos fixos nos pés”), uma vez que ele era visto habitualmente com seus olhos direcionados para os pés enquanto andava. A *nyaya darsan* de Aksapada Gaudama deu significado para o “entrar na subjetividade” – ou seja, uma investigação analítica de um assunto através do processo da razão lógica. O propósito do *nyaya*, conseqüentemente, seria de permitir que atingíssemos os objetivos mais valiosos da vida – salvação, libertação e liberdade.

Um elemento crítico da filosofia *nyaya* é a remoção do conhecimento falso (*a-nyaya*). Os antigos *nyayayikas*, seguidores da filosofia *nyaya*, acreditavam que o mundo era pleno de tristeza, e que as pequenas porções de prazer que alguém experimentava serviam apenas para intensificar a força dessa mágoa. Para uma pessoa sábia, portanto, tudo é tristeza (*sarvam duhkham videkinah*); o sábio nunca está ligado aos prazeres da vida, o que apenas nos levaria a mais dores. É com a destruição do *a-nyaya* que nossa ligação ou antipatia a coisas, e nossa ignorância de e sobre elas, são permanentemente destruídas. *Niti*, por outro

lado, é extraído dos escritos posteriores feitos acadêmicos da *navya-nyaya* (uma nova escola *nyaya*) e se refere aos procedimentos corretos, às regras formais e às instituições; *nyaya* envolve um foco mais amplo e inclusivo no mundo – uma vez que ele emerge das instituições que criamos –, e é central para criar uma sociedade sustentável e justa. A distinção-chave, como observou Amartya Sen, é que a realização da justiça no sentido do *nyaya* é “não apenas uma questão de julgar instituições e regras, mas de julgar as próprias sociedades”.

Em minha opinião, a filosofia *nyaya* pode proporcionar ao jornalismo as ferramentas para um raciocínio moral necessário para efetivamente escrever e relatar sobre pessoas e sociedades. A mídia deve promover abertamente as várias formas de raciocínio que a filosofia *nyaya* advoga. Por exemplo, os processos de *samcaya* (dúvida) e *tarka* (debate) devem sustentar as práticas de um jornalismo global. Deve-se ter uma compreensão compartilhada e ampla de que o significado é construído através do *upamama*

(comparação), e que o *nyaya* é alcançado através da razão. É interessante observar que na jurisprudência indiana a palavra *nyaya* tem sido utilizada de forma indistinta com lógica, justiça e equidade.

Outro aspecto da filosofia *nyaya* convocaria os jornalistas a focarem na remoção ou negação do *a-nyaya*. Isto é particularmente importante em uma sociedade como a Índia, caracterizada tanto por hierarquias de classe como de castas. Um modelo de jornalismo que foque no *a-nyaya* criticaria a própria natureza da produção de conhecimento em um esforço de revelar como o *a-nyaya* é perpetuado pela exclusão dos pobres e marginalizados.

A verdadeira natureza do jornalismo democrático, para os *nyayayikas*, seria realizada somente uma vez que a *nyaya* for feita. A justiça sendo feita é onde a mídia pode desempenhar um papel crítico. Diferente do *niti*, o *nyaya* não é simplesmente sobre correções legais, mas também sobre apoio popular – uma confusão de jurisprudência com democracia. Se um julgamento inspira confiança e

apoio geral, então é bastante provável que possa ser mais facilmente implementado. A mídia é responsável por garantir a transparência do processo de raciocínio, na medida em que é isto o que une a sociedade e promove o reconhecimento democrático. Para jornalistas dedicados ao *nyaya* e à remoção do *a-nyaya*, a justiça sendo feita iria além da limitante reportagem de acontecimentos diária. Jornalistas seriam exigidos a investigar e relatar sobre falhas sistêmicas e questões globais.

Como nós podemos integrar as teorias pós-coloniais – como a teoria indigenista, por exemplo – aos estudos de mídia e, especificamente, ao campo da ética de mídia?

O campo dos estudos pós-coloniais teve dificuldades com a ideia de indigenismo por um longo tempo. A maior parte da discussão, infelizmente, se tornou elitista [ao dizer] que o termo “indígena” foi, mais tarde, desvirtuado por aqueles que defendiam um regionalismo limitado, um nacionalismo étnico e/ou perpetuavam hierarquias raciais. Nós que escrevemos

sobre a ética indígena nunca defendemos uma interpretação isolada do indigenismo – pelo contrário. Vou detalhar mais sobre a filosofia *nyaya* com um exemplo da teoria ética do indigenismo e esboçar o seu significado pós-colonial sem reduzi-la a uma teoria a-histórica ou “não-contaminada”.

O artigo que escrevi sobre o caso do estupro em Delhi chamou a atenção global para a crise de estupros na Índia. Uma das consequências positivas da manifestação estudantil decorrente do incidente bárbaro foi expor tanto a prevalência da brutalidade sexual na Índia como também as falhas da mídia em relatá-la seriamente, assim limitando a discussão pública e a possibilidade de uma mudança social. Ainda que indianos comprem mais jornais diariamente do que qualquer outra nação, os relatos de abusos e assédios sexuais têm sido raros. A totalidade da cobertura midiática deste caso particular levou a um conjunto de mudanças políticas, mas a questão que permanece é se tais mudanças, e a vasta cobertura da

mídia, impactaram a realidade da vida cotidiana da maioria das mulheres.

Em 2012, a Índia foi classificada como o pior país para mulheres dentre os países do G20, considerando índices como qualidade de saúde, ausência de violência, escravidão e tráfico, participação na política, oportunidades de trabalho, acesso a recursos como educação e direitos de propriedade. Em 2014, o transporte público de Delhi foi classificado como o quarto mais inseguro dentre as maiores capitais do mundo.

É aí que a teoria indígena da ética, como o *nyaya*, pode nos dar alguma direção. O *nyaya*, nas práticas de mídia, seria mais abrangente do que simplesmente aumentar a cobertura de estupros como casos individuais ou crimes isolados.

Jornalistas fundamentados no *nyaya* devem buscar entender a própria natureza da desvantagem feminina na Índia, o que pode ocorrer de maneiras diferentes e ir além da instância particular do estupro.

Se a falta de segurança de e para mulheres é um aspecto, o fenômeno da “preferência masculina” em decisões familiares é outro.

A preferência masculina está intimamente ligada ao problema enraizado das “mulheres desaparecidas”, que se refere à escassez do número real de mulheres a partir do número que nós gostaríamos de ver dado o tamanho da população masculina, e a proporção mulher-homem que seria esperada se a equidade de gênero existisse na sociedade indiana.

Quando nós falamos de *nyaya* como uma teoria indígena da ética, nós não podemos interpretá-la como uma máxima antiga que, uma vez adotada, transformará milagrosamente a Índia e fará retorná-la ao seu passado puro e intocado onde discriminação de gênero, estupro, violência e escravidão sexual não existiam. Políticos nacionalistas têm feito um bom trabalho em capturar a linguagem da teoria indigenista e fixá-la nas relações de gênero.

Para eles, a resposta à crise de estupros é ter as mulheres indianas “puras” em casa, escondidas da visão pública e que, portanto, não “encorajam” homens a agredirem seus corpos. Nós devemos resistir a todas estas interpretações e cooptações da teoria indígena no discurso público e na mídia.

*Entrevista e Tradução: **Dairan Paul***

Herman Wasserman

Um desafio é construir uma ética de mídia global, e não só ocidental

É necessário construir uma teoria do jornalismo que não esteja confinada no espectro ocidental, defende o professor Herman Wasserman, da Universidade da Cidade do Cabo (University of Cape Town), na África do Sul. Além de lecionar no departamento de Estudos de Mídia, Wasserman é editor-chefe do periódico acadêmico [African Journalism Studies](#) e ainda atua ocasionalmente como jornalista. Como pesquisador, editou em parceria com [Stephen Ward](#) o livro “Media Ethics Beyond Borders” (Routledge, 2010) e, mais recentemente, “Media Ethics and Justice in the Age of Globalization” (2015, Palgrave Macmillan), com [Shakuntala Rao](#).

Nos últimos anos, Wasserman tem se dedicado a pesquisar uma ética global para o jornalismo, tomando

como ponto de referência os estudos das práticas jornalísticas no contexto africano. Na entrevista a seguir, o professor defende uma “des-ocidentalização” nos estudos em jornalismo, a necessidade de escutar as vozes de comunidades marginalizadas e a realidade da profissão na África do Sul. Confira:

Um dos seus interesses de pesquisa é a ideia de uma ética global para a mídia. Como podemos construir este projeto considerando a prática jornalística em diferentes contextos e países?

Este é exatamente o desafio – encontrar um caminho para construir uma ética de mídia que é global no seu escopo, adequada a uma mídia globalizada e a um mundo marcado por diferenças culturais, sem tornar-se imperialista ou inflexível. Isso significa que uma ética de mídia global deve ser construída a partir do zero para permitir a emergência de interpretações e narrativas de contextos locais, e balizar contextos abrangentes.

O senhor já escreveu sobre a necessidade de “des-ocidentalizar” os estudos em jornalismo. Quais são as contribuições epistemológicas que essa abordagem pode trazer para a pesquisa da área?

Uma abordagem “des-ocidental” para os estudos em jornalismo significa tratar com seriedade os contextos, valores, experiências e práticas do Sul – não apenas como estudos de caso ou aplicações das teorias do Norte, mas como constitutivas de uma teoria em si mesmas. Frequentemente, o jornalismo no Sul é apenas incluído na agenda de pesquisa dos estudos em jornalismo como exemplos, curiosidades ou como uma coleção de tipos de cartões-postais de “outros lugares”. “Des-ocidentalizar” os estudos em jornalismo implicaria a construção de uma teoria verdadeiramente inclusiva, mas também a compreensão de que a teoria que existe no Norte é contextual, localizada e não-universal.

No artigo “Os significados da cidadania: uso da mídia e democracia na África do Sul”, o senhor

conclui que os jovens, ao menos na amostra de sua pesquisa, não consideram a mídia como algo relevante em suas vidas por não se verem representadas. Como podemos estimular uma participação mais direta destas pessoas no contexto de produção midiática?

Pessoas jovens devem ser incluídas nos processos de decisão quando políticas de mídia são elaboradas. Devem também ser consultadas no planejamento de agendas editoriais. O que é preciso é um processo mais ativo de escuta às vozes dos jovens, especialmente daqueles que vêm de comunidades pobres e marginalizadas, para descobrir quais são suas experiências de vida e o que eles precisam da mídia para auxiliá-los na sua vida diária.

Como o senhor avalia as práticas jornalísticas da África do Sul a partir de uma perspectiva ética, considerando o contexto sociopolítico do país?

A África do Sul é feliz por ter uma mídia robusta, vibrante e forte que desempenha vigorosamente o seu

papel de cão-de-guarda. Isto é preciso, uma vez que a corrupção governamental alcançou níveis escandalosos e obscenos. Entretanto, pode-se fazer mais para orientar as práticas jornalísticas em direção às experiências dos pobres e marginalizados, encontrar verdadeiramente suas vozes, passar tempo com eles, escutá-los a fim de entender suas necessidades e, por fim, reorientar as práticas jornalísticas. Com frequência, a mídia da África do Sul ainda dá preferência às visões de uma elite.

O senhor já escreveu sobre uma [“ética da escuta”](#) no jornalismo como abordagem alternativa para o diálogo em contextos democráticos. Quais exemplos desta prática podemos encontrar atualmente?

Há alguns exemplos de mídias dispostas a escutar as vozes dos pobres ou dos marginalizados – essas são geralmente mídias comunitárias ou independentes. Cada vez mais as redações online proporcionam aos jornalistas espaço e tempo para

conduzir um jornalismo mais lento, imersivo, que resulta em visões mais independentes.

Como editor-chefe do periódico African Journalism Studies e membro de diversos outros corpos editoriais, quais tópicos o senhor destacaria atualmente na pesquisa em ética jornalística?

Nós ainda temos uma carência na pesquisa em jornalismo da África que trate de audiências e utilize abordagens etnográficas – parece ainda existir uma preferência por abordagens normativas, textuais ou da economia política. Mas a etnografia demanda tempo e recursos, o que nem sempre está disponível de imediato no contexto africano. Eu espero que financiadores enxerguem a importância da pesquisa jornalística como interesse da democracia e da justiça social na África, e que financiem mais trabalhos deste tipo.

Entrevista e Tradução: Dairan Paul

Juan Carlos Suárez Villegas

A mídia também deve se preocupar em prestar contas ao público

Um dos maiores desafios para uma ética profissional é dar à categoria instrumentos para a orientação de condutas. Mas não basta apenas formular um bom código de ética. É preciso ainda zelar para que os padrões de comportamento adotados sejam cumpridos. Por isso, as categorias profissionais precisam de órgãos que recebam queixas de desvios éticos, e que essas instâncias tenham independência, lucidez e rigor para apurar eventuais deslizes. Em toda parte é assim, e na Espanha também, comenta o professor Juan Carlos Suárez Villegas, catedrático de Jornalismo da Universidad de Sevilla.

Um dos mais produtivos pesquisadores de ética da comunicação naquele país, ele já escreveu mais de dez livros, publicou mais de trinta artigos em revistas científicas e desenvolveu pesquisas em universidades

da Inglaterra, Itália e Estados Unidos. Seu trabalho, entretanto, não se restringe à academia, e por isso Suárez Villegas atua como membro de importantes órgãos da deontologia na Andaluzia, no sul da Espanha.

Na entrevista a seguir, o professor Suárez Villegas reflete sobre a ética na profissão e sobre desdobramentos das suas pesquisas sobre o assunto.

Como senhor avalia a situação de autorregulação ética dos jornalistas em Espanha?

Minha avaliação é positiva. A Federação das Associações de Jornalistas Espanhóis (FAPE) conta com uma [Comissão de Arbitragem, Reclamações e Ética do Jornalismo](#), que é independente e atua para resolver disputas entre jornalistas e cidadãos. Em seus dez anos de existência, a comissão resolveu 130 casos. Embora possa parecer um número pequeno, tem sido uma importante doutrina sobre a ética do jornalismo. Um estudo sobre os primeiros 100 casos foi publicado na revista [Comunicação & Sociedade](#). Além de resoluções, a comissão tem elaborado relatórios e recomendações

sobre critérios deontológicos para o tratamento informativo. O Conselho de Informação da Catalunha também tem realizado um importante trabalho de autorregulação com a publicação de resoluções, relatórios e sugestões para a mídia. O conselho é um órgão subsidiário do Colégio de Jornalistas da Catalunha, mas independente nas suas ações. Um órgão semelhante também foi lançado pela Associação de Jornalistas da Andaluzia, com a criação da Comissão de Deontologia e Garantias do Jornalista.

Quais são os principais dilemas éticos do jornalismo espanhol hoje?

A falta de contato do jornalista com a rua, o conhecimento real dos problemas e uma superabundância informativa que o faz ser mais manipulável, pois leva o jornalista a dedicar seu tempo a cuidar do que foi publicado na internet, deixando de recorrer a fontes diretas. Outro problema é a informação instantânea levando à pressa indesejável e aos efeitos virais da notícia, o pode ser muito prejudicial se não for devidamente comprovado.

No Brasil, existe pouco diálogo das empresas jornalísticas com as universidades. Há um abismo entre elas, infelizmente. Isso também acontece na Espanha, quando se trata de ética jornalística?

Sim, ainda há uma fraca relação entre mídia e universidades. Seria importante unir os esforços de todos os atores no mundo da comunicação para aumentar a qualidade da informação, assumindo padrões de comportamento comuns.

Em um de seus artigos mais recentes, o senhor reflete sobre a necessidade de desenvolver uma metodologia de pesquisa sobre a ética. Pode explicar mais sobre isso?

Sim, convém pensar a ética jornalística a partir de princípios filosóficos aplicados à comunicação. Por exemplo, a diligência do profissional exige qualidades como a prudência e a autoconfiança de saber que se faz bem o trabalho. A veracidade requer verificação de fatos a partir das fontes. É necessário ter uma responsabilidade social para pensar sobre as consequências dos possíveis tratamentos informativos.

Isto é o que distingue um profissional de outros cidadãos que informam sem assumir esses compromissos.

Quais são suas pesquisas atuais? Como elas podem contribuir para mudar a realidade do jornalismo e ética?

Atualmente, participo de um projeto de pesquisa dedicado a rever os vários mecanismos de autorregulação em algumas comunidades autônomas na Espanha. Queremos promover a ideia de prestação de contas como um exercício de responsabilidade social dos meios de comunicação (media accountability). Desta forma, vamos elaborar questionários para os meios de comunicação para saber se eles estão agindo de forma responsável e adotando valores como transparência, pluralismo ou rigor informativo. A intenção é estender este projecto a um estudo comparativo com os países latino-americanos e propor um observatório de ética dos dois lados do Atlântico. Este trabalho faz parte do “Projeto MediaACES - Accountability e culturas jornalísticas na

Espanha. Impacto e propostas de boas práticas na imprensa espanhola”, financiado pelo Ministério da Economia e Competitividade do Governo da Espanha, da Universidade Pompeu Fabra em Barcelona, dirigido por Ruth Rodriguez-Martinez e Marcel Mauri-Ríos. Também fazem parte os pesquisadores Laura Torre, Marta Narberhaus e Xavier Ramón-Vegas (Universidad Pompeu Fabra); Aitor Zuberogoitia e Andrés Gostin (Universidad de Mondragón); Marta Pérez-Pereiro (Universidad de Santiago de Compostela); Adoración Merino, Marian Chaparro e Jesús Díaz-Campo (Universidad Internacional de La Rioja); Amparo López-Meri (Universidad Jaume I de Castellón) e eu (Universidad de Sevilla).

O senhor criou a International Conference On Media, um evento que acontece a cada dois anos em Sevilha. O que motivou isso? Qual é a importância desse evento hoje?

Pensei que era necessário estabelecer um encontro acadêmico específico para reunir os pesquisadores no campo da ética da comunicação, pois

assim poderíamos visualizar melhor quais eram os problemas atuais da área e também encontrar novas iniciativas para promover projetos com outros colegas.

Entrevista e Tradução: Rogério Christofolletti

Stephen Ward

Jornalista não é só o profissional, mas também quem comete “atos de jornalismo”

Uma ética jornalística global, aberta ao diálogo e que inclua não-jornalistas é a ideia central das últimas pesquisas realizadas por Stephen Ward, professor da Universidade de Wisconsin-Madison, nos Estados Unidos. Com uma passagem de 14 anos pelas redações e um doutorado em Filosofia, Ward tem se dedicado a discutir o futuro da ética no jornalismo e seus impactos práticos. Em 2005, publicou *The invention of journalism ethics* para discutir o ambíguo conceito de objetividade, propondo um conceito pragmático. Nos anos posteriores, seus trabalhos apontaram para a possibilidade de construir uma ética global para o jornalismo, através de princípios universais mínimos. Ward também desenvolve o conceito de escuta (*listening*) nas redações, como um modo de ampliar o

diálogo entre profissionais e cidadãos sobre as práticas jornalísticas.

Na entrevista a seguir, o pesquisador comenta alguns pontos de *Radical Media Ethics*, seu livro mais recente, de 2015. Ward propõe uma rediscussão radical sobre a ética, o que perpassa, antes de tudo, novas definições sobre o que é o próprio jornalismo. Confira:

Em *Radical Media Ethics*, o senhor argumenta sobre a necessidade de mudarmos radicalmente nossas noções sobre a ética jornalística. Por que o senhor opta pela abordagem holística para sustentar essa visão?

Eu escolho a abordagem holística porque as mudanças no jornalismo foram tão profundas que as tentativas fragmentadas de mudar a forma como pensamos sobre o bom jornalismo ou estão desatualizadas ou se aplicam a um subconjunto de formas hoje em encolhimento, como o jornalismo dos jornais impressos. A ética jornalística profissional tem mais de um século de vida e foi dominada por

princípios amplamente contestados como, por exemplo, uma objetividade [que represente] “apenas os fatos”, ou uma neutralidade estrita. Claro, a alternativa não é simplesmente dizer que “tudo vale” no jornalismo e que nós deveríamos ser injustos e partidários. Nós já vimos como é essa forma de jornalismo nos Estados Unidos, e ela não é legal. Então é preciso um pensamento filosófico de natureza radical, repensando a própria ideia do que significa jornalismo e para que ele serve. Em meus trabalhos, eu ofereço a minha própria resposta para essa questão, não de um modo dogmático, como se ela fosse a única possível, mas como um estímulo para que outros se engajem nestas questões e façam suas propostas.

O senhor também apresenta o conceito de “ética integrada de mídia”, ou seja, uma ética que inclua não-jornalistas e jornalistas. Baseado em quais princípios normativos nós podemos unificar estes dois grupos, uma vez que a deontologia compete apenas aos profissionais?

Em *Radical Media Ethics*, e em outros textos, eu proponho alguns princípios gerais para começar o processo de reconstrução. Mas eu quero advertir que estes princípios são um problema para trabalhos futuros, através de diálogos inclusivos, não um “Stephen Ward legislando para jornalistas” em um *a priori*, de modo não-dialógico. Alguns princípios têm a ver com a nossa concepção do que é a ética: a ideia da ética como intrinsecamente histórica, não-absoluta, sempre aberta para revisão; a ideia da ética com um domínio social da argumentação não-dedutiva e imperfeita que está longe de ser apenas “meramente subjetiva”; a ideia de que o objetivo último do jornalismo é agora global, baseado na ética cosmopolita; a ideia de reduzir a importância que o patriotismo tem desempenhado no jornalismo; a ideia de um jornalismo democrático e dialógico; a ideia de uma “objetividade pragmática” como um método distinto para múltiplas formas de jornalismo que são ao mesmo tempo informativas e engajadas, não apenas uma “estenografia” neutra dos fatos; e a ideia

de que nós precisamos construir coletivamente um espaço para uma nova ética global para o jornalismo.

Ao final de *Radical Media Ethics*, o senhor propõe o florescimento humano como a última finalidade do jornalismo. Essa abordagem é baseada na ética da virtude de Aristóteles?

Tem suas inspirações no pensamento ético grego em geral e, sim, especialmente com Aristóteles – a ideia de que o bem humano é crucial para tudo o que fazemos, e que é um problema de reflexão, não uma dedução filosófica das formas platônicas. Não importa o quão cínico sejamos em relação à ética, nós estamos pessoalmente e inescapavelmente envolvidos em um projeto de sermos mais do que somos. Nós somos, como diz Platão, um ser que existe entre o não-ser e a realidade plena. Nós somos, como eu digo, “tolos metafísicos” que não conseguem parar de tentar melhorar a si mesmos e ao mundo, a despeito de inúmeras falhas do passado. É claro que há várias outras fontes da “teoria do florescimento” em que me inspiro. Penso que a noção de florescimento é ampla o

suficiente para formar uma base para a ética global e a ética global de mídia.

O senhor também já escreveu sobre o [conceito de "escuta" \(listening\)](#) como uma abordagem possível para um jornalismo efetivamente dialógico. Quais exemplos considera que seguem essa ideia, atualmente?

Certamente, serviços públicos em vários países, da BBC na Inglaterra ao CBC no Canadá, ainda constroem formatos para discussão e apresentação da informação, e ideias a partir de um modelo baseado na escuta. Lembre-se, ser uma mídia "de escuta" não se refere apenas ao conteúdo, mas ao modo como a mídia programa ou estabelece formatos de jornalismo – ou seja, encorajar o aprendizado e o diálogo através de nossas diferenças. Eu também vejo websites ao redor do mundo, como de direitos humanos, que fazem parte dessa perspectiva dialógica da escuta.

O senhor já mencionou que redações jornalísticas do futuro vão praticar um ["jornalismo em](#)

camadas” (*layered journalism*), o que unificaria diferentes formas de jornalismo e diferentes tipos de jornalistas, incluindo os chamados “jornalistas-cidadãos”. Qual é o limite – se é que há – para considerar uma prática como “jornalística”?

Não há limite, exceto se algo se aplica a uma definição ampla e plausível de jornalismo que eu tento formular em *Radical Media Ethics*. No livro, eu estabeleci uma definição de dois passos sobre jornalismo como uma forma de comunicação. Eu não começo tentando dizer quem é jornalista. Esta abordagem apenas leva a disputas que não se resolvem sobre quem pode chamar a si mesmo de jornalista. Ao invés disso, atento para a atividade do jornalismo em si mesmo – definido minimamente como a escrita de acontecimentos e questões de interesse público para um público, e que pode ser desempenhada por alguém ocasionalmente ou como um trabalho. Então eu argumento que, paradoxalmente, nós devemos adicionar uma estipulação normativa: que tal atividade deve seguir

certas normas gerais de boa comunicação e de jornalismo público.

Minha resposta é que várias formas de escrita podem ser consideradas jornalismo se elas puderem ser consideradas “atos de jornalismo”. Então nós respondemos a questão de “quem é jornalista” deste modo: um jornalista é alguém que comete regularmente estes atos de jornalismo. Às vezes, pessoas (especialistas, políticos, advogados, cidadãos) cometerão atos de jornalismo aqui e ali, como, por exemplo, ao escrever editoriais.

*Entrevista e Tradução: **Dairan Paul***

Carlos Maciá-Barber

Academia e mercado ainda vivem de costas uma para o outro

Existe uma relação direta entre qualidade jornalística e ética profissional. O professor Carlos Maciá-Barber é um dos pesquisadores europeus que mais defendem essa equação. Principal nome dos estudos sobre ética e deontologia da Universidad Carlos III (Madri), Maciá-Barber é autor de diversos artigos científicos no campo do jornalismo e escreveu uma investigação pioneira na Espanha sobre os ombudsman de imprensa. O trabalho, inclusive, foi apontado como a melhor tese de doutorado em ciências humanas e da comunicação no biênio 2000-2002. Na entrevista a seguir, o pesquisador aborda temas como a crítica de mídia, o ensino de jornalismo e a ética como fundamento da profissão.

Professor, uma das suas pesquisas é sobre ética e excelência jornalística. Qual a relação entre esses dois conceitos?

Não se pode alcançar a excelência informativa quando existem falhas éticas na organização jornalística ou no exercício pessoal do jornalismo. Se os direitos humanos não são respeitados (seja do capital humano da empresa ou dos demais cidadãos), nem tampouco os princípios fundamentais do jornalismo, é impossível que o produto final tenha qualidade. A excelência pressupõe um exercício ético do fazer jornalístico: sem ética não há jornalismo, e sequer existe comunicação, propaganda, publicidade... Na Espanha, por exemplo, um problema se tornou mais agudo com a crise e não faltam vozes que se perguntam: um meio de comunicação pode ser de referência, de suposta qualidade, se ele explora seus empregados?

O senhor acha que as expectativas do público são maiores que as condições éticas dos próprios jornalistas. Quer dizer: os jornalistas conseguem ser tão éticos quanto esperam os leitores?

Existe uma certa esquizofrenia no público: de um lado, critica com virulência a classe jornalística, a quem quase despreza (Na Espanha, é a segunda profissão menos valorizada, atrás apenas da de juiz); por outro lado, o público devota uma fé inquebrantável nas informações dos jornalistas (Na Espanha, ninguém duvida de sua crucial contribuição para a transição democrática do país).

Então, o público exige comportamentos ou realizações alheias à natureza do jornalismo: espera-se que o repórter conte tudo o que aconteceu de um dia para o outro, de maneira absoluta e sem erro. E isso é impossível. Do jornalista se deve exigir honestidade, responsabilidade e profissionalismo, isto é, diligência. Às vezes, responder os porquês de uma certa realidade pode demorar semanas, meses, anos, décadas.

Os cidadãos, muitas vezes, ignoram as limitações do jornalismo. Daí a necessidade de formar uma cidadania para o consumo de mídia desde a infância, nas escolas e de modo obrigatório. Mas nenhum governo gosta que o povo conheça, saiba ou se informe.

A crítica que se faz à mídia fica bem concentrada na qualidade do noticiário. Que espaço há para uma crítica da ética jornalística?

De início, essa necessidade de análise crítica é inquestionável. Sem autocrítica, não se avança. Mas receio que existam duas forças muito poderosas que a impedem atualmente. A primeira: confundir a deontologia – a prática honesta do jornalismo – com uma moralidade inoportuna, superficial ou falsa. A segunda: o descolamento mútuo entre a categoria e a academia. Ambas vivem de costas uma para a outra e se olham de soslaio, com desconfiança. Ainda que não falem profissionais e pesquisadores que se unam para melhorar o jornalismo real, são iniciativas a que os meios de comunicação prestam pouca atenção.

Empresários e executivos se limitam a cumprir a lei, no melhor dos casos, ou a implantar ações de responsabilidade social corporativa que melhoram suas imagens e não seus trabalhos.

Para Ignacio Ramonet, as redes sociais podem ser o Quinto Poder, aquele que vigia a mídia. O que o senhor pensa dessa ideia?

A imprensa tem sido sempre observada e vigiada pelos demais poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) e pela sociedade. Os próprios meios se avaliam, mesmo que seja para medir suas competências. O que as redes sociais proporcionam é um exponencial número de olhos e que comunicam imediatamente o que observam. Hoje, tudo se controla e nada escapa. Os acertos ou erros são descobertos em segundos, alardeados em minutos e revelados em horas. O problema é: os observadores possuem formação e critério para acertar em seu juízo? Por isso a alfabetização midiática é um imperativo moral de toda democracia ainda que se leve em conta o escasso

ou inexistente interesse dos poderes políticos, econômicos e ideológicos.

O ombudsman é uma figura importante para a crítica do jornalismo. Entretanto, percebemos que poucos são os meios dispostos a contratar alguém que aponte seus erros. Por que isso acontece?

A baixa ocorrência da figura do ombudsman de imprensa em escala mundial obedece a múltiplos fatores simultâneos. Primeiro: a renúncia do ser humano – e o jornalista também o é! - a reconhecer seus erros. Esquece que, no caminho da perfeição, o erro sempre aparece. O transcendente é descobrir o erro, reconhecê-lo, retificá-lo e lutar para não repeti-lo. Só assim podemos progredir de verdade. Um segundo aspecto tem relação com a organização e a direção da empresa jornalística. Com muita frequência os proprietários, editores e executivos se esquecem que sua principal função é servir aos cidadãos, afinal administram seu direito fundamental à informação. Eles não são donos da informação e seu intento não deve ser exclusivamente ganhar dinheiro. Não são

poucas as vezes em que argumentam que a instituição do ombudsman é um custo que não podem assumir, ou que esse gasto deve eliminar a figura. Não se dão conta de que este é o melhor investimento – e o mais barato – para calibrar a qualidade do produto que elaboram diariamente.

Um terceiro aspecto que explica a pouca ocorrência dos ombudsman está ligado a uma concepção errada da figura: existe um empenho superior em designar para a função profissionais do próprio veículo de comunicação. Isso limita a sua autonomia e liberdade. O ombudsman, como se defendia nas suas origens, tem que ser um personagem sem passado nem futuro na redação. Entretanto, na maioria dos documentos que regulam a função se exige, precisamente, o contrário: uma grande experiência na própria empresa.

Há ainda um fator vinculado à cultura jornalística predominante em cada país. Os modos e maneiras de exercer a profissão estão ligados a aspectos históricos, culturais, democráticos, profissionais, sociais e

ideológicos de cada lugar – como já mostraram Hallin e Mancini [no estudo “Comparing Media Systems: Three Models of Media and Politics”, de 2004]. Esse peso determina a percepção, sobretudo, que cada sociedade tem dos jornalistas e o grau de exigência e controle dos cidadãos sobre o seu trabalho.

A Universidad Carlos III de Madrid, a sua instituição, atualizou recentemente o currículo do curso de jornalismo e uma das novidades é a disciplina de Boas Práticas. Que objetivos ela tem e como pode ajudar na formação de novos profissionais?

O principal objetivo é formar e conscientizar os alunos de que toda mensagem jornalística tem consequências para o bem ou para o mal. Mostrar que o jornalista que exerce corretamente sua profissão enfrenta diariamente dilemas em torno das investigações que desenvolve, em torno dos enfoques, das fontes, da linguagem ou das imagens que emprega... A disciplina objetiva mostrar que diariamente os jornalistas recebem pressões ou

ameaças de políticos, forças policiais, empresas, instituições, cidadãos, incluindo ainda as ingerências de seus próprios companheiros, chefes ou dos proprietários dos meios. A disciplina pretende mostrar que, com frequência, o jornalista pode sentir-se incomodado ou com medo, e que – no final – apesar da grande ajuda de códigos e normas deontológicas, a decisão última deve ser tomada individualmente, assumindo as consequências de sua ação. Finalmente, a disciplina objetiva a conscientizar os estudantes de que a melhor ajuda nesse processo virá de seus princípios profissionais e dos critérios éticos que dispuser como ferramenta. Mais importante ainda: não existe um algoritmo ético que solucione a fatura. Cada caso pode ser diferente e todos devem ser abordados com o imediatismo inato da nossa profissão.

Entrevista e Tradução: Rogério Christofolletti

Otília Leitão

O novo ecossistema informativo exige jornalistas livres e independentes

A cláusula de consciência é uma das questões mais polêmicas na ética jornalística. Quando inserida em códigos de conduta ou leis, a cláusula permite que repórteres e editores se recusem a fazer trabalhos que contrariem suas convicções. Não é só uma permissão para negar, é também um dispositivo para garantir a autonomia e a liberdade desses profissionais. Perigoso, não? Por isso é um tema tão polêmico. Em Portugal, acaba de ser lançado “A Cláusula de Consciência: o direito dos jornalistas a dizer não” (Aletheia Editores). O objETHOS conversou por e-mail com a autora, Otília Leitão, experiente jornalista que foi vice-presidente do Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas. Na entrevista a seguir, Otília avalia as condições de trabalho dos jornalistas portugueses e as compara com

a realidade brasileira e a de outros países. “O jornalista lesado pode optar por não invocar a cláusula, mas não deve ficar no silêncio”, defende.

O que a motivou a escrever este livro?

Até aí, nunca tinha pensado nela. Aliás é comum no meio jornalístico, sempre que eticamente nos repugna fazer alguma coisa, falamos em “objeção de consciência” que é um outro direito, bem diferente (militares, médicos e farmacêuticos) e referente a situações já tipificadas na lei, como por exemplo a permissão de não cumprir o serviço militar.

Um dia, eu utilizei a vulgar mas incorreta “objeção de consciência” ao pedir para não acompanhar a cobertura de um julgamento onde estava um administrador de empresa que era meu amigo, acusado de corrupção. E o meu chefe mandou outro jornalista de forma pacífica. Entre nós, legalmente, isto significa uma manifestação de independência jornalística [artigo 12 do Estatuto do Jornalista].

Mas foi o fato de ter verificado que a maioria dos jornalistas não tinha conhecimento do real alcance da cláusula de consciência que me levou à feitura do livro, que, no entanto, se refere a Portugal. Agora estou a desenvolver e aprofundar esse tema na Europa, inclusive um direito novo, complementar, criado pela França em novembro último e que inclui também as violações às “convicções profissionais”, ou seja, violações às regras do código deontológico. Assim, o jornalista tem que avaliar se o que está a fazer, viola a sua consciência no sentido moral, não a sua moral, mas aquela que assenta no respeito pelos direitos humanos e também os princípios da sua profissão. A curiosidade foi motivada pelas escutas ilegais que ocorreram no Reino Unido com o News of the World em 2011 e que levou ao encerramento do jornal e à detenção de vários jornalistas. Nessa altura, a National Union of Journalists (NUJ), a maior união de jornalistas da Europa, reivindicou uma “cláusula de consciência” nos contratos de trabalho para proteger os jornalistas. Então, fiquei a pensar: por que o Reino Unido quer agora uma cláusula, quase 80 anos depois da sua

gênese na França (1935)? Embora nas eleições legislativas de 2015 a NUJ tenha de novo reivindicado esse direito, não conseguiu acordo com os *publishers* e acabou acrescentando ao seu código mais um item: “liberdade de consciência”.

Depois, nesse mesmo ano, a jornalista portuguesa Sofia Branco, atual presidente do Sindicato dos Jornalistas, invocou também a “cláusula de consciência” e isso foi polêmico porque envolvia o então primeiro-ministro, José Sócrates, por causa de uma notícia “soprada” por um assessor. A jornalista considerou não ser uma notícia. O diretor indicou outro jornalista e a demitiu das suas funções de editora.

Mas o que é então a cláusula de consciência?

A cláusula de consciência, de gênese francesa que hoje tem mais de simbólico do que de prática, é especificidade ímpar dos jornalistas, quando comparada com a outras profissões. Só os médicos - esses têm também objeção de consciência -, juízes,

advogados e enfermeiros, possuem uma cláusula de consciência. A dos jornalistas tem maior alcance e é a única que concede uma indenização. No caso português, o valor da indenização está no próprio artigo 12 do Estatuto do Jornalista: mês e meio de salário por cada ano de trabalho, superior aos restantes países da Europa.

No Brasil, a cláusula é uma novidade. Surgiu há dez anos no [Código da Fenaj](#), e até agora, é uma figura abstrata, praticamente nunca invocada. Em Portugal, ela existe há quatro décadas. Esse tempo todo faz diferença?

Creio que no Brasil a cláusula de consciência ainda não está regulamentada. É apenas uma questão ética...não sei bem. Em Portugal, entrou com o “25 de Abril” [com a Revolução dos Cravos que redemocratizou o país] com a Lei de Imprensa. Tem proteção constitucional, faz parte do Estatuto do Jornalista e tem reflexo no contrato coletivo de trabalho: “As empresas não podem obrigar os jornalistas a exprimir opiniões ou a cometer atos

profissionais contrários à sua consciência ou à ética profissional”. (art. 38 da CCT).

Não é apenas uma questão de ética. É uma cláusula ético-laboral porque está no direito positivo. Pode-se reivindicar com a força do Direito. Ela emana da “liberdade de consciência” inserida no Código Deontológico. Mas é um direito *in extremis*, ou seja, é para sair.

Uma vez invocada, já se está a entrar em conflito com a empresa. Se a Entidade Reguladora da Comunicação der razão, o jornalista sai do seu meio com indenização. Se o processo não for de forma pacífica, será resolvido em tribunal de trabalho.

Houve precedentes dela em vários países europeus como Itália, Alemanha, Bélgica, Suécia... Ela surgiu primeiro para o jornalismo político. Era preciso favorecer o pluralismo e com ele a democracia. Depois, alargou-se a todos os jornalistas com contrato. Mais tarde também a colaboradores, sempre abrangendo questões ligadas à alteração editorial ou na natureza

do meio, e que ofendam, de forma profunda, as convicções ideológicas ou morais.

Por exemplo, cabe nela a mudança de acionistas que podem alterar a orientação editorial; a alteração de um meio de referência para um meio populista; as sugestões para um jornalista assinar um artigo que não escreveu; ou o contrário, a sugestão para não assinar um artigo da sua autoria e que é assinado pelo seu chefe. Cabe também, o que é frequente, a elaboração de reportagens encapotadas de publicidade. Aliás, em Portugal, um trabalho publicitário é uma incompatibilidade com o jornalismo. Aqui, não cabem na cláusula de consciência questões de violação das regras deontológicas, essas dizem respeito à “cláusula de independência” do jornalista previstas no artigo 12 do Estatuto do Jornalista.

Mas vocês já têm a cláusula há quarenta anos...

Não é o tempo que conta, mas o conhecimento que existe sobre este direito, quer dos jornalistas, quer das empresas de mídia. Se os jornalistas não a

conhecem, não a podem invocar. É claro que as empresas ficam muito furiosas quando isso acontece, porque também põe a nu a sua falta de ética e de respeito para com os seus profissionais bem como dos públicos que recebem esse trabalho noticioso. De qualquer modo, é sempre uma especificidade e a sua violação tem de prejudicar os valores morais e a dignidade do jornalista. É difícil de provar. Em Portugal, há apenas um acórdão judicial sobre a matéria e os juízes não estão muito sensibilizados. Mais o mais grave é que hoje há medo nas redações e receio de perder o emprego e não mais encontrar outro! Daí desenvolver-se uma autocensura dos jornalistas.

No Brasil, isso também acontece. E aqui, uma das críticas à cláusula de consciência se deve ao fato de ter sido incluída no Código da Fenaj sem ter sido negociada com os proprietários dos media. Em seu país, houve algum pacto entre profissionais e proprietários?

Na verdade, a cláusula de consciência tem de estar também no contrato de trabalho como uma das

causas pelas quais o jornalista pode se desvincular do seu trabalho, comprovados os motivos que feriram profundamente a dignidade e princípios morais do jornalista. Naturalmente, é objeto de discussão com as empresas ou associações de empresas, e de acordo entre os vários intervenientes para constar no contrato de trabalho, coletivo ou individual. Em Portugal, a revisão da contratação coletiva deste ano manteve a violação à cláusula de consciência como uma das causas de autodespedimento. Mas nos contratos individuais, muitas vezes, isso não está assegurado. Tem de haver “pacto entre profissionais e proprietários” e tem de ser protegida pela Constituição.

Como a senhora avalia a cláusula de consciência em outros países europeus?

Ela existe nos ordenamentos jurídicos em muitos países europeus como a Bélgica, Itália, Finlândia, Espanha, Alemanha, Portugal, mas é na França que tem maior tradição. Sempre que há revisão de leis, códigos e contratação coletiva, há sempre uma tentativa de a minimizar. Mas de um modo geral ela “está

adormecida”. Os jornalistas têm medo de a invocar, porque sendo uma cláusula *in extremis*, ou seja, caso sejam reconhecidas as violações à consciência, dignidade e independência do jornalista, ele tem de sair (com indenização). Então, quem se atreve a reivindicá-la perante o desemprego que grassa por todo o lado? Geralmente, saem, mas às empresas não acontece nada, e essa é uma das lacunas da cláusula. A cláusula pode ainda servir para o jornalista pressionar a empresa a um acordo, o que já aconteceu em Portugal. Há ainda a possibilidade, embora perversa, de um jornalista já possuir outro emprego em vista e invocar a cláusula de forma oportunista, para receber mais dinheiro, mas isso é um pouco rebuscado. Acontece também de o jornalista sair por ofensa à sua dignidade e outro veículo não lhe dar emprego porque o considera rebelde. Existe ainda outro problema: as empresas até preferem pagar ao jornalista para ele sair. Depressa arranjam outro baratinho e que não contesta nada... Penso, seguramente, que não existem condições práticas para invocar esta cláusula devido à alta precariedade laboral, mas ela continua a possuir

uma simbologia profunda e importante: integridade, dignidade, independência, resistência. Para mim, a sua existência e o conhecimento dela, lembra-nos a todos que é preciso estar atento e que, perante violações à dignidade do jornalista, se deve sempre fazer um reparo, uma observação, ainda que suave. O jornalista lesado pode optar por não invocar a cláusula, mas não deve ficar no silêncio.

Há algum lugar no planeta em que a cláusula de consciência seja plenamente respeitada?

Creio que não. O panorama atual revela-nos que é cada vez mais difícil. Os direitos funcionam sempre como “freios e equilíbrios” de outros direitos. Neste caso, funciona como partícula da liberdade de expressão e de informação e com ela favorecedor da democracia. Para que estes dois direitos fundamentais existam, é preciso haver liberdade, independência, autonomia profissional, pluralismo, diversidade. Na Bélgica, um diretor mandou um jornalista fazer uma reportagem sobre o consumo do leite e lhe disse que havia empacotamentos perigosos. Mas que deixasse

isso, pois o diretor acrescentaria matéria à reportagem que a tornaria manchetes em vários locais. Quando o diretor pediu ao jornalista para assinar a reportagem, o repórter reparou que o diretor tinha acrescentado matéria alarmante sem sequer ouvir peritos. Recusou assinar o artigo e invocou a cláusula de consciência. Pior sorte teve outra jornalista, do mesmo país, que recusou filmar a dor dos familiares das vítimas da queda do avião da Egiptair no ano passado e acabou despedida.

A experiência diz-nos que há sempre um empresário, um juiz que contorna as coisas e acha que não temos razão...pois se trata de uma situação subjetiva, do foro privado do jornalista. É verdade que temos perdido direitos e que tem havido uma grande devastação de jornalistas, mas não podemos desistir dos princípios que norteiam o nosso trabalho, nem da nossa consciência, reduto da dignidade humana!

Repare que um cidadão comum pode dizer o que quiser nas redes sociais, sem problemas. Um jornalista tem um conjunto de leis próprias que pesam sobre si e

que permitem que o cidadão comum dele se queixe! Mesmo o alegado jornalista-cidadão é, a meu ver, uma falácia. Ou se é jornalista ou não se é! Eu por saber curar algumas doenças dos meus filhos, mas não me torno médica por isso! Os jornalistas têm as leis de todos os cidadãos, mais as leis do seu construto profissional e ético de grande responsabilidade!

Em que medida a cláusula contribui para o fortalecimento da independência do jornalista?

Ela contribui sempre para o fortalecimento da independência do jornalista que a invoca e também pelo exemplo que dá aos outros. Mas haverá hoje independência? As dúvidas são muitas. O “ser capaz de” não é para todos! O seu custo é hoje muito elevado: há medo nas redações e autocensura. As empresas podem colocar o jornalista rebelde na “prateleira” ou mesmo arranjar outros motivos para o despedir. Ninguém quer sequer pensar em cláusula de consciência! Na prática, são raros os que o fazem e, apesar de receberem indenização, tal fato também não é compensatório se não encontrarmos mais emprego!

Fica a consciência limpa e o orgulho de não quebrar a espinha dorsal!

Apesar de praticamente se reduzir a um simbolismo, verifica-se que na América Latina há vários países que inscreveram a cláusula de consciência já em pleno século XXI como é o caso do Brasil, Argentina, Peru, Chile. Na África, são, sobretudo os países que foram colonizados pela Europa, que também acolheram esse direito nas suas Constituições, mas na prática está lá quietinha e muitos jornalistas nem sabem que ela existe!

O jornalista profissional possui dupla condição: é um assalariado (depende da empresa), mas por outro lado goza de independência no seu trabalho noticioso. O jornalista tem o seu pensamento, o seu raciocínio e olhar diferenciado de outro e não deve consentir pressões. Por isso a Organização Internacional do Trabalho, já em 1928, considerou que o jornalista era uma profissão intelectual. Não era como um operário que fazia a sua peça. O seu trabalho possui “uma faceta imaterial”, porque absorve o espírito do seu autor.

Nenhum jornalista vê e pensa as coisas da mesma maneira. A cláusula de consciência, quando foi formalizada em 1935, destinava-se a proteger essa diversidade.

Mas na Europa, as condições dos jornalistas são bem diferentes...

No contexto dos estados da União Europeia, liberdade de expressão e de informação, liberdade de consciência, de pensamento e de religião são direitos vinculativos constantes da Carta Fundamental, proclamada pela segunda vez, em 2000, após o Tratado de Lisboa. Também as muitas deliberações do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos têm reforçado isso. São princípios originários da herança do texto da Declaração da UNESCO de 1983, cujo ponto IV, sobre o papel social do jornalista no exercício da profissão, refere a exigência de “um elevado grau de integridade, incluindo o direito a declinar o trabalho que vá contra as suas convicções (...)”. A resolução 1003 do Conselho da Europa, sobre a ética do jornalismo, aprovada por unanimidade pelo Parlamento Europeu, em junho de

1993 – que se transformou no Código Deontológico do Conselho da Europa – sublinha a necessidade de reforço das garantias de liberdade de expressão e de informação dos jornalistas e, nesse âmbito, considera “necessário desenvolver e clarificar juridicamente a natureza da cláusula de consciência (...) harmonizando as disposições nacionais” (art.º 13 e 14º). A Unesco, ao assinalar em 2016 o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, destacou a importância do jornalismo “livre e independente” e o Conselho Europeu, em 2014, preconizou aos estados medidas apropriadas “para salvaguardar o direito dos jornalistas de protegerem as suas fontes, e proteger os jornalistas de influências indevidas”.

Que independência se pode esperar hoje para o jornalismo?

O novo ecossistema informativo, muito diferente da época em que a cláusula foi concebida, exige de igual modo, jornalistas livres e independentes. Mas receio que hoje ela é apenas palavra oca. Nesse sentido, a liberdade de consciência e o direito a agir a

bem da Democracia, continua a necessitar de ser revitalizado e de uma proteção legal. No entanto, a defesa dessa integridade exige um esforço que a cláusula, em si própria, nem sempre pode garantir, não só devido a fatores de ordem política, social ou econômica, mas também por não se saber até que ponto os diversos públicos se importam com essa integridade a bem do interesse público. Hoje, a cadeia de chefias e o seu papel numa redação tem novos contornos. O direito de propriedade das empresas exerce uma forte pressão sobre a produção noticiosa e determina as políticas internas que pretende ver cumpridas. A concentração de meios limita ousadias e favorece resignações. A precariedade de emprego condiciona as escolhas. A cada vez temos maior perda de autonomia dos jornalistas, em detrimento do peso das audiências e da rentabilidade econômica, e isso afeta o pluralismo informativo, ainda que disponhamos de uma pluralidade de meios de divulgação.

Seu livro também aborda a experiência dos conselhos de redação. Pode explicar como eles

funcionam e de que maneira contribuem para um jornalismo mais livre e autônomo?

Os conselhos são grupos de jornalistas (cinco, seis) eleitos pelos seus pares em cada redação. Geralmente, devem ser pessoas sábias no seu trabalho. Pessoas que respeitamos. São uma ponte de diálogo entre a redação e o diretor de informação e a empresa. Reúnem-se periodicamente ou sempre que haja motivos para isso. Possuem poder consultivo para nomeação do diretor, promoção na carreira de jornalistas, alterações ou mudanças. São conselheiros para casos polêmicos de caráter ético e jornalístico. Devem estar atentos a atropelos ou irregularidades internas. Analisam as queixas dos jornalistas e podem apoiá-los na solução de problemas profissionais para instâncias superiores. Integram os chamados direitos de participação, ou seja, o direito de intervir nos destinos da empresa. Naturalmente que os conselhos de redação são importantes e contribuem para um jornalismo mais autônomo. Mas as empresas tendem cada vez mais a desconsiderá-los! Ignoram as suas

opiniões! Aliás, existe um clima atual de medo de pertencer ao sindicato ou a órgãos representativos como os conselhos de redação, porque as empresas não querem esse tipo de controle interno!

Parte de suas conclusões aponta para a necessidade de um fortalecimento na auto-regulamentação dos jornalistas. O que os portugueses estão fazendo nesse sentido?

Defendo que a cláusula de consciência seja alargada em Portugal também às violações das regras deontológicas. Considero ser necessário que nos diferentes países haja critérios semelhantes e a sua regulamentação legal seja idêntica. Na verdade, é sempre melhor a autorregulação dos jornalistas do que leis e mais leis, ou mais autoridades a ditar constrangimentos. Os profissionais portugueses têm o seu código deontológico que precisa ser atualizado. Obedecem também às regras constantes dos Estatutos Editoriais dos meios para quem trabalham e alguns têm ainda cartas de princípios internos. Em Portugal, realizou-se em janeiro último o 4º Congresso dos

Jornalistas Portugueses, e que já não se realizava há 18 anos! Houve um vazio que muito prejudicou a classe. No encontro, foram aprovadas várias propostas que visam rever um conjunto de posturas no sentido de atualizar instituições como a Comissão da Carteira, o Conselho Deontológico, a Entidade Reguladora da Comunicação, normas e novas posturas éticas para fazer face à era digital. Temos um Conselho Deontológico que é um dos órgãos eleitos do Sindicato Nacional dos Jornalistas, e que zela pela ética e cumprimento das regras deontológicas, pela análise das queixas apresentadas. Muitos gostariam de ver este órgão autonomizado. Outros gostariam de ter uma Ordem de Jornalistas, mas não existe consenso para isso, por enquanto.

Como no Brasil...

Temos uma Comissão da Carteira Profissional que emite os títulos profissionais, mas também pode atuar com penalizações, em caso de infrações, e precisa ser revista. Temos uma Entidade Reguladora que atua sobre os órgãos de comunicação, mas

também tem competências de caráter ético e não tem jornalistas a representá-la.

O panorama atual é preocupante, porque muitos jornalistas, sobretudo os mais novos, não estão sindicalizados, não têm contratos e trabalham de forma solitária no seu computador. Perdeu-se o lastro de uma redação onde todos fazíamos um caldo cultural, o que se perdeu. Os jornalistas de hoje possuem um frágil construto ético-deontológico profissional. Trabalham muito através do computador, verificando as redes sociais e controlando os cliques e *likes*, numa correria para que tudo se passe em tempo real, para diversas plataformas. Quase não há tempo para pesquisar no terreno, e fazê-lo custa dinheiro às empresas. As empresas interessam-se mais pelo custo de uma notícia e quanto ela vai render do que pelo interesse público. Fazer jornalismo de investigação é para muito poucos, porque exige investimento e tempo e são poucos os meios que o podem ou querem fazer.

Que esperanças podemos ter, então?

O jornalismo, como uma missão em busca da verdade, é uma visão romântica que se vai esbatendo. Estamos a tornar-nos operários das “fábricas de notícias”, contrariando a tal especificidade de que os jornalistas fazem um trabalho “imaterial”, qualificação que ao longo de quase um século alimentou o nosso ego. Mas, quero acreditar que, nesta nova era em que toda a gente fala alto do mundo e para o mundo, mesmo com robôs a fazerem notícias, nada igualará a consciência, a emoção e a reflexão humana. A história mostra-nos que os jornalistas, com novas ferramentas e formas de fazer jornalismo, saberão ultrapassar este turbilhão e voltarão a afirmar-se como essenciais à democracia. Afinal, foi assim, sempre que surgiram novos instrumentos de comunicação, como por exemplo, durante a revolução industrial. Os jornalistas sempre souberam oferecer resistências. São como os equilibristas: na corda bamba, mas sempre ultrapassando os obstáculos!

Entrevista: Rogério Christofolletti

Javier Darío Restrepo

A grande debilidade da informação digital está nas fontes

“A vocação humana para a excelência abarca seu ser e seu fazer. Ser excelente como pessoa é a base para ser excelente como profissional”. Esta é uma das afirmações do jornalista Javier Darío Restrepo, diretor do Consultório Ético, da Fundação Gabriel García Márquez para o Novo Jornalismo Iberoamericano ([FNPI](#)) desde 1995, professor da Universidad de Los Andes e colunista dos jornais El Tiempo, El Espectador, El Colombiano e El Heraldo. Restrepo é uma das principais referências em ética jornalística da América Latina e já recebeu diversos prêmios, entre eles o outorgado pelo Centro Latinoamericano de Jornalismo (Celap). Em 2014, foi reconhecido pelo Prêmio Gabriel García Márquez de Jornalismo e, ano seguinte, recebeu o título de Doutor Honoris Causa da Universidad San

Andrés, de La Paz, Bolívia. Restrepo é autor de mais de 20 livros com destaque para os dois volumes de [*El Zumbido y El Moscardón*](#), que reúnem respostas compiladas do Consultório Ético da FNPI, onde já respondeu mais de 1500 perguntas sobre dilemas éticos da profissão. Na entrevista a seguir, o experiente Restrepo aborda temas como desafios da tecnologia e as responsabilidades dos jornalistas com suas fontes, públicos e informações.

O senhor tem mais de 50 anos de carreira no jornalismo. Neste período, qual foi o principal dilema ético que enfrentou?

Não é o principal, mas sim o mais frequente: é o dos efeitos que pode gerar uma informação, como no caso de coberturas como a da [*avalanche de Armero*](#) [em 1985, 20 mil pessoas de um povoado de 29 mil morreram em consequência da erupção de um vulcão na Colômbia], ou aqueles que aconteceram em cenários de guerra. O dilema era informar primeiro para gerar impacto ou pensar primeiro nos efeitos possíveis e depois informar.

Como uma das principais referências de ética jornalística da América Latina, quais são os dilemas éticos mais significativos no contexto latino-americano hoje?

As estatísticas regulares sobre as questões de consulta no [Consultório Ético](#) da FNPI indicam os temas de responsabilidade como os mais frequentes. E entre eles os que representam as imagens de violência: Devemos usá-las? Como? E como substituí-las?

As mídias sociais impuseram desafios à atividade jornalística. Quais as principais questões éticas que emergem da atuação dos jornalistas nesses ambientes?

A grande debilidade da informação digital está nas fontes em que se apoia. É uma informação que, geralmente, se difunde sem fontes. O jornalista que usa essa informação tem a obrigação de buscar outras fontes para confirmar, apesar da tendência de atribuir autoridade a estas informações. O outro desafio é o imediatismo. Se a tecnologia digital quase conseguiu

suprimir a categoria tempo, esse é um fator que o jornalista também quer suprimir, apesar de que a notícia completa, como o pensamento, necessita de tempo.

Em algumas de suas declarações públicas, o senhor destaca que “nascemos para ser excelentes”. Como isso se aplica ao jornalismo?

A vocação humana para a excelência abarca seu ser e seu fazer. Ser excelente como pessoa é a base para ser assim também como profissional. Acabo de ler em [Paul] Ricoeur que se o homem tem história é porque trabalha. São inseparáveis o ser e o fazer. Portanto, a excelência pessoal corresponde à excelência em fazer, no exercício profissional. A ética como vocação para a excelência afasta o jornalista definitivamente do fazer rotineiro e do medíocre, e exige sempre o grau máximo de qualidade profissional.

O senhor já respondeu a mais de 1500 perguntas no Consultório Ético. O que o motivou a criar o

projeto? Qual a importância de espaços como esse para a atividade jornalística na América Latina?

Foi uma iniciativa de Jaime Abello [jornalista e presidente da FNPI] depois de observar como nas oficinas e cursos de ética surgiam numerosas perguntas. O fundamento é que em ética não existem últimas palavras. É um fazer que diariamente cria possibilidades novas e onde não cabe a imobilidade dos dogmas. Tenho a impressão de que tem sido um instrumento mobilizador para a consciência profissional dos jornalistas.

Nas últimas décadas, a atividade jornalística está cada vez mais concentrada em dispositivos eletrônicos. Na sua opinião, essa característica está desumanizando os conteúdos jornalísticos?

O dispositivo eletrônico não é bom nem mau. O que define isso é o uso que se faz dele. Quando o uso traz consigo a eliminação ou degradação das faculdades humanas, o dispositivo se converte em um elemento desumanizante. Basta ver o que acontece

com os gravadores quando o jornalista renuncia a sua capacidade crítica e se limita a gravar e desgravar o que foi dito. O mesmo acontece com celulares e tablets quando se convertem em brinquedos que se isolam dos demais.

Em diferentes contextos e regiões do mundo, percebemos formas de censura e restrição de liberdades, enfraquecimento da democracia, retrocessos e intolerância. Qual o papel do jornalismo nessas circunstâncias?

As limitações à liberdade de expressão podem dar lugar a distintas reações: a) o coro monótono que reivindica a liberdade dos governos; b) a autorreflexão sobre as causas da restrição, para investigar se se devem a falhas dos jornalistas, por exemplo, abusos de informação; c) o fortalecimento da liberdade pessoal a partir da convicção de que a liberdade não nos é dada por ninguém, nem retirada.

Os governos devem se limitar a não desordená-la e o jornalista deve tomar consciência de que a

liberdade é um trabalho pessoal e constante. Nunca se tem a liberdade, sempre se planeja construí-la, porque quando ela não cresce, decresce.

Entrevista e Tradução: Ricardo José Torres

Sobre o objETHOS

O Observatório da Ética Jornalística (**objETHOS**) é uma realização do **Departamento de Jornalismo** e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (**POSJOR**) da Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.

O projeto surgiu em setembro de 2009, e é uma iniciativa de pesquisa, acompanhamento e monitoramento da ética praticada por jornalistas e meios de informação. Nossa equipe é formada por pesquisadores experientes de cinco reconhecidas universidades brasileiras (UFSC, UFF, UEPEG, Unisul e UFPR), e por pesquisadores em formação, em nível de doutorado, mestrado e graduação.

Desenvolvemos investigações para teses, dissertações e estudos específicos sobre ética jornalística, crítica de mídia, identidade profissional, tecnologias associadas ao jornalismo, novos modelos de negócio e de produção jornalística, mídia

independente, e novas configurações do ecossistema informativo.

Em [nosso site](#), estão reunidos estudos sobre condutas e valores no jornalismo, com ênfase nas reflexões sobre ética profissional e deontologia, além de resenhas de filmes, *papers* e relatos de pesquisa, e-books, vídeos, entrevistas, códigos de ética e outros materiais.

Nossas pesquisas têm o apoio da Pró-Reitoria de Extensão ([ProEx/UFSC](#)), da [Capes](#) e do [CNPq](#). O objETHOS é membro da Rede Nacional de Observatórios da Imprensa ([Renoi](#)), que reúne iniciativas brasileiras de acompanhamento da mídia.

Mantemos parcerias e convênios de cooperação com a [Red Ética Segura](#) (Fundación Nuevo Periodismo Iberoamericano, Colômbia), com o [Ceis20](#) (Universidade de Coimbra, Portugal), com o [Observatório da Imprensa](#), o projeto [Coronelismo Eletrônico](#) (UFRJ) e o [Televisum Observatio](#) (UFPR).

Equipe

Pesquisadores Responsáveis

Rogério Christofoletti e Samuel Lima

Pesquisadores

Carlos Castilho, Francisco José Castilhos Karam, Jeana Laura da Cunha Santos, João Somma Neto (UFPR), Sylvia Moretzsohn (UFF), Vanessa Pedro (Unisul), Andressa Kikuti Dancosky (UEPG), Amanda Souza de Miranda, Carlos Nascimento Marciano, Juliana de Amorim Rosas, Lívia de Souza Vieira, Luis Alberto Fernández Silva, Ricardo José Torres, Dairan Mathias Paul, Evandro de Assis, Leonel Camasão, Clarissa do Nascimento Peixoto, Mariana da Rosa Silva, Sílvia Dalla Costa, Tânia Regina de Faveri Giusti.

Contatos

Site: <https://objethos.wordpress.com>

Twitter: <http://twitter.com/objethos>

Facebook: <http://www.facebook.com/objethos>

Youtube: <http://www.youtube.com/objethos>

Página no CNPq: [aqui](#).

E-mail: objethos@gmail.com